

Acção Socialista



Nº 1276 30 Janeiro 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

EDITE ESTRELA SOBRE REFERENDO À IVG

“A actual lei já provou que não protege a vida”

Centrais



Entrevista a Idália Moniz

3



“O país dispõe finalmente de políticas que visam a integração dos deficientes”

GOVERNO

19



QREN: fundos comunitários vão qualificar os portugueses



Nesta edição
Editorial de
Alberto
Martins

SUPLEMENTO



SIM

ABORTO CLANDESTINO
É VERGONHA NACIONAL



O VOTO RESPONSÁVEL SIM

EDITORIAL



ALBERTO MARTINS
Presidente do Grupo
Parlamentar do PS

SIM À DESPENALIZAÇÃO DA INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ

NO REFERENDO do próximo dia 11 de Fevereiro, o que está em causa é uma alteração da lei penal. O referendo diz respeito a um problema de política criminal do Estado democrático: o alargamento das situações de não punibilidade da interrupção voluntária da gravidez.

Por muito que se pretenda confundir, manipular e distorcer, o que está verdadeiramente em causa é uma opção de política criminal respeitante à alteração das normas penais vigentes que consideram que, salvo algumas exceções já previstas, a mulher que interrompa voluntariamente a gravidez até às dez semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado, está a cometer um crime e, como tal, deve ser perseguida, condenada e enviada eventualmente para a prisão.

Não se trata, pois, de qualquer discussão complexa e interminável sobre o sentido da vida, sobre o início da vida humana, a natureza da vida intra-uterina ou a existência de pretensos ou reais conflitos entre direitos humanos ou direitos fundamentais. Sobre cada uma destas questões, todas respeitáveis e dignas de discussão, cada um de nós já formou, ou virá a formar, as suas próprias dúvidas ou convicções, as suas próprias opiniões ou sentimentos pessoais de natureza moral, filosófica, religiosa ou política. Esse é um problema de cada pessoa ou de cada grupo particular, constituindo uma zona de reserva íntima ou de convicção pessoal que o Estado de Direito democrático não deve invadir.

Os oito anos transcorridos desde o referendo do Verão de 1998 vieram apenas confirmar o que já sabíamos sobre a lei em vigor.

Sejamos claros: nem a repressão penal do aborto, nos termos da lei em vigor, corresponde às aspirações humanistas e liberais da sociedade democrática portuguesa, nem, por outro lado, a lei sequer funciona, no sentido de prevenir abortos clandestinos

É uma lei que gera situações de clandestinidade e medo, incapaz de responder às necessidades duma política de saúde sexual e reprodutiva bem orientada.

É uma lei inaceitável do ponto de vista social, que produz situações de profunda desigualdade entre mulheres de diferentes estratos sociais, por só algumas terem acesso ao aborto legal que se pratica na generalidade dos países europeus, aos quais podem acorrer.

A lei penal vigente corresponde a uma estigmatização penal que não tem suporte na consciência social da comunidade. Ora, só assumem dignidade penal as condutas que lesem bens jurídicos essenciais e sejam socialmente danosas. Não cabe ao direito penal a prossecução de finalidades sociais de natureza moral

ou ideológica. Ao direito penal cabe a salvaguarda do núcleo irreduzível, historicamente variável, dos valores ou interesses que contam com o apoio generalizado da comunidade.

Sejamos claros: nem a repressão penal do aborto, nos termos da lei em vigor, corresponde às aspirações humanistas e liberais da sociedade democrática portuguesa, nem, por outro lado, a lei sequer funciona, no sentido de prevenir abortos clandestinos.

Por conseguinte, a actual lei é ineficaz no plano da prevenção e desproporcionada no plano da punição. Para que serve uma lei que não cumpre a sua função dissuasora e é excessiva na sua função punitiva? A sua simples existência gera iniquidades. Não basta reconhecer este facto. Há que mudar a lei.

Ao legalizar-se a interrupção voluntária da gravidez sob determinadas condições não se está, como é evidente, a "liberalizar" o aborto ou a incitar a sua prática. Está-se a alargar, apenas, de forma razoável e equilibrada, o elenco das exceções de não punibilidade já hoje admitidas na lei.

Sublinhe-se que não se faz a apologia do aborto, não se recomenda, não se favorece ou se incita a sua prática. O aborto não é nem deve ser encarado como um contraceptivo, nem enquanto prática de controlo da natalidade. Não se trata disso. Antes se renuncia à punição por razões ponderosas e em nome de valores superiores de uma sociedade democrática.

Está ao nosso alcance acabar com o flagelo social do aborto inseguro e clandestino.

No próximo referendo bater-nos-emos pelo "sim".

Défice público ficou 600 milhões abaixo do esperado

HONRANDO um dos seus mais emblemáticos compromissos eleitorais, o Governo do PS apresentou um défice do subsector Estado para 2006 que ficou cerca de 600 milhões de euros abaixo dos valores estimados.

Este resultado "positivo" teve como indicadores-chave o aumento de algumas receitas, nomeadamente fiscais, uma nova gestão dos investimentos públicos e a redução dos encargos com pessoal.

Trata-se, pois, nas palavras do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, de um resultado "melhor do que o esperado".

"Naquilo que dependia do Ministério das Finanças, a meta da consolidação orçamental foi cumprida", afirmou Teixeira dos Santos, na conferência de Imprensa em que apresentou a execução orçamental relativa ao subsector Estado até Dezembro passado.

Na ocasião, o titular da pasta das Finanças reiterou que a meta dos 4,6 por cento para o défice



deverá ser cumprida e que já são notórios os sinais de controlo da despesa.

E explicou que "o saldo das contas públicas totalizou cerca de 7400 milhões de euros negativos, menos 1740 milhões do que

em 2005 e cerca de 600 milhões abaixo do orçamentado".

Refira-se que estes valores foram apurados numa óptica de contabilidade pública [entradas e saídas de caixa] e são diferentes daqueles que Portugal vai ter que reportar a

Bruxelas para efeitos do controlo do défice orçamental, uma vez que o valor final inclui, além do subsector Estado, as autarquias, as regiões autónomas, os fundos e serviços autónomos e a Segurança Social, razão pela qual só será

conhecido depois do apuramento destes subsectores, ainda durante este trimestre.

Teixeira dos Santos referiu também aos jornalistas que, contra uma despesa de 43,6 milhões de euros (2,4 por cento face ao ano anterior), as receitas públicas subiram 8,3 por cento, para 35,7 mil milhões de euros, perto de 600 milhões de euros acima do orçamentado, num ano em que as receitas fiscais registaram uma variação positiva na ordem dos 7,2 por cento.

A ajudar também ao controlo das despesas esteve a queda de 7,4 por cento dos gastos de capital, uma medida do investimento público.

"O subsector Estado dá, assim, um bom contributo para o processo de consolidação em 2006, apresentando um comportamento melhor que o esperado", concluiu o ministro das Finanças, que se mostrou confiante face aos resultados dos restantes subsectores cujas contas entram para o cálculo do défice público. M.R.

Accção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou accaosocialista@ps.pt

“O país dispõe finalmente de políticas que visam a integração dos deficientes”



Pela primeira vez, o Governo português está a operar, face às questões da reabilitação das pessoas com deficiência, a consagração de um conjunto de políticas com vista à construção de uma sociedade mais inclusiva, coesa e de melhor qualidade. Com base neste princípio, surge o PAIPDI – Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade – programa que começou a ser aplicado em 2006 e que terá diversos desenvolvimentos até 2009.

O país passou a dispor, com a aprovação deste instrumento, de um novo método de abordagem das questões ligadas à reabilitação das pessoas com deficiência, permitindo a concentração de forma coerente do essencial das diversas vertentes da política deste sector.

Como nos assegura, em entrevista ao “Acção Socialista”, a secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, Portugal adapta, pela primeira vez, um instrumento que concentra e organiza de forma coerente o essencial dos múltiplos aspectos ligados à política de deficiência.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Gostava que me enquadrasse a forma como o Estado português, ao longo dos anos, tem lidado com a problemática ligada aos portadores de deficiência, e, por outro lado, explicar as medidas que acabam de ser aprovadas pelo Governo para este sector?

A deficiência, na nossa perspectiva, tem de ser vista, não como uma fatalidade ou através de uma leitura existencialista, nem tão-pouco a intervenção social na área da protecção à deficiência deve ser feita de forma assistencialista.

Pelo contrário. As acções a emprender devem ter por base um conjunto de políticas activas sem esquecer nunca a participação e o envolvimento efectivo das pessoas com deficiência.

Trata-se, portanto, de as integrar no nosso quotidiano com todos os direitos e deveres iguais

aos de qualquer outro cidadão?

Exactamente. Aliás é isso mesmo que está consagrado na nossa Constituição. Temos de uma vez por todas de encarar as pessoas portadoras de deficiência, como cidadãos normais, aptos a participarem na vida do país e que, de forma alguma podem ser postos de lado, esquecidos ou objecto de exclusão.

Infelizmente, o cenário com que nos deparamos ainda nos diz que há muito a fazer para que a nossa sociedade deixe de excluir as pessoas com deficiência, sobretudo da forma como o têm sido, ignorando-as e encarando-as como gente dispensável.

É certo que o Estado tem obrigações, e nós assumimos as nossas com frontalidade e objectividade. Mas também é verdade que o discurso do “coitadinho” tem de ser ultrapassado.

E que tipo de apoios as pessoas portadoras de deficiência dis-

põem de modo a que possam ser integradas e passem a participar activamente na sociedade, ultrapassando o actual panorama que quase as esquece e as empurra para a exclusão?

Existe um conjunto de apoios, não só destinados à empregabilidade, aspecto concomitantemente ligado à inserção, como determinadas disposições legais que apontam no sentido de um apoio explícito aos empresários que queiram abrir postos de trabalho para este tipo de pessoas.

Mas o Estado disponibiliza ainda outros tipos de ajudas que importa referir, e que se afiguram de extrema importância. É o caso, por exemplo, dos apoios destinados à compra de viatura, que, como se sabe, são veículos que precisam de alterações e que o Estado ajuda a financiar, mas também disponibilizamos apoios para aquisição de material informático, sobretudo nos casos em que as de-



ficiências sejam de origem motora ou sensorial.

Para além destas ajudas, disponibilizamos ainda um conjunto de outros auxílios que classificamos como “ajudas técnicas” e que se traduziram, durante o ano de 2006, entre verbas oriundas do Ministério da Saúde e o da Segurança Social, em cerca de 12 milhões de euros, completamente a fundo perdido, o que obrigatoriamente quer dizer que há um número significativo da população portuguesa que é portadora de uma deficiência ou de uma incapacidade específica a requerer a ajuda e um auxílio especial por parte do Estado.

Quando diz que o ano passado foram canalizados, por parte do Estado, cerca de 12 milhões de euros para diversos tipos de ajudas técnicas a pessoas portadoras de deficiência, a pergunta que se coloca é se a ideia de que Portugal dispõe de perto de um milhão de pessoas com deficiência é verdadeira?

Esses números não são exactos e nem percebeo, até porque já os tenho ouvido repetir por mais do que uma vez, onde é que os foram buscar.

Segundo os dados que temos, e são certamente os mais fiáveis, até porque se baseiam no último senso, o número andarà pelas 650 mil pessoas portadores de deficiência. Contudo, e é sempre bom recordar este ponto, não há ainda estudos rigorosos sobre esta problemática, até porque em mui-

tos casos a deficiência ainda surge no conceito de muitas famílias e comunidades como um castigo ou algo estigmatizante, razão porque é difícil apurarmos de forma o mais aproximado possível a dimensão do problema.

Quando fala de pessoas portadoras de deficiência, está a referir que tipo de problemas?

Estou a referir-me aos casos mais sintomáticos, porventura os mais difíceis, se é que é possível classificar em mais ou menos difíceis os casos de deficiência. No fundo aqueles que maior atenção nos merece, até porque são, certamente, os casos de maior dificuldade.

A chamada deficiência mental ou as paralisias cerebrais, mas também com os cegos, surdos ou com aqueles que têm deficiência motora. Enfim, há de facto um conjunto muito vasto, porque quando nós falamos de deficiência, temos que falar em multideficiência e não num estereótipo que de algum modo possa definir uma característica ou um grau.

Benefícios fiscais

Outro dos assuntos que a certa altura foi objecto de algum mal entendido, mas que está hoje totalmente ultrapassado, refere-se à medida inscrita no Orçamento de Estado para 2007, sobre as alterações nos benefícios fiscais das pessoas com deficiência. Em que ponto estamos agora?

Esse, sem dúvida, constitui

recentemente um mal-entendido a que importava pôr cobro. E o Governo não se inibiu de recorrer a todos os esclarecimentos para que a opinião pública não ficasse com uma ideia desajustada e mesmo falsa sobre esta questão.

“Qualquer pessoa, desde que tenha uma deficiência, pode deduzir à colecta o equivalente a três salários mínimos nacionais, e isto, realço, independentemente do seu salário”

Foi o caminho que percorremos. Em primeiro lugar, tivemos que tomar a medida que nos pareceu a mais adequada. Fazer um levantamento exaustivo de quem usufruía destes benefícios fiscais e de quem os não recebia. Logo aqui detectamos um conjunto de pessoas que, apesar de gerarem rendimentos do trabalho, não fruíam desta protecção. Mas, e ao mesmo tempo que nos surgia este cenário, um outro foi igualmente detectado. Pessoas que auferiam mensalmente remunerações muito elevadas, que chegavam a atingirem, muitas vezes, os 3 mil e mais euros mensais, (algumas ganhavam mesmo perto de dois mil contos, em moeda antiga, por mês) e que estavam a receber estes benefícios fiscais, conquanto muitos outros, muitas vezes ali ao lado, mais não disponham do que um e por vezes não mais de que dois rendimentos mínimos nacionais, e que estavam fora deste projecto.

Havia que corrigir esta injustiça e foi o que o Governo não perdeu tempo a fazer, até porque a contestação estava a subir de tom e nós sabíamos que quem se estava a manifestar se resumia a alguns sectores que têm a reclamação como forma de intervir na vida política a par de alguns outros que mostravam desconhecimento e precipitação na leitura e análise das medidas aprovadas pelo Governo.

Hoje, todos entendem que se trata de uma medida da maior justiça social, que não reflecte qualquer

incidência na despesa do Estado e que abrange apenas cerca de 30 mil pessoas num total de perto de 170 mil beneficiários.

Tratou-se, tão simplesmente, de retirar parte dos benefícios a alguns que não precisavam e canalizá-los para outros cuja situação económica se apresentava manifestamente mais débil.

A política seguida foi retirar todos os benefícios aos deficientes que dispõem de rendimentos mais elevados, ou mantiveram-se, apesar de tudo, alguns apoios?

As ajudas do Estado a este grupo de pessoas, como às restantes, mantêm-se, nomeadamente através de uma nova medida que passa pela alteração do expediente seguido até aqui, da indexação do benefício aos rendimentos auferidos, por um crédito fiscal de 1200 euros para todos os cidadãos deficientes, independentemente do seu rendimento.

Qualquer pessoa, portanto, e desde que tenha uma deficiência, pode deduzir à colecta o equivalente a três salários mínimos nacionais, e isto, realço, independentemente do seu salário.

A excepção aberta dirige-se unicamente para os deficientes das Forças Armadas que podem deduzir quatro, em vez de três salários mínimos.

Mas outras ajudas estão igualmente consignadas, como sejam os apoios que são dados para quem deseja desenvolver uma actividade profissional, auxílios que são dispo-



“ E do muito que ainda há a fazer, nomeio, por exemplo, o facto de este Governo querer dar aos deficientes mais qualificações e mais educação, para que possam ser mais autónomos, proporcionando-lhes deste modo uma abertura mais fácil do mercado de trabalho ”

nibilizados através do Instituto do Emprego e Formação Profissional, e que se podem dirigir, por exemplo, a quem precise de um veículo com a necessária adaptação ou de material informático especialmente preparado e adequado.

E que outro tipo de ajudas estão igualmente pensadas?

Também os chamados grandes deficientes, aqueles que têm deficiências superiores a 90 por cento, assim como as pessoas que têm grandes dependentes em suas casas, quer sejam ascendentes ou descendentes, e que até agora não usufruíram de qualquer benefício, podem agora passar a deduzir à colecta o equivalente a um salário mínimo nacional. Isto é, se uma família tiver a ser cargo um pai ou uma mãe ou ainda um filho numa situação de grande dependência, neste caso é possível a esta família deduzir à colecta um salário mínimo, tal como determina o Orçamento de Estado para 2007, algo que até agora, é bom sublinhar, não estava contemplado.

Barreiras arquitectónicas

Portugal talvez seja dos países europeus que mais tem negligenciado o cumprimento das regras urbanas em relação às barreiras arquitectónicas. O que está a fazer esta Secretaria de Estado para inverter este cenário?

Este é um problema que já vem a ser debatido desde há alguns anos em Portugal.

Desde logo, através da publicação do decreto-lei 123/97 que apontava para o objectivo de colocar um travão definitivo à construção de edifícios ou de espaços públicos sem que se respeitassem as normas do desenho universal. Nesta deliberação oficial estava ainda determinado que os edifícios antigos deveriam sofrer adaptações dentro de um prazo determinado, de modo a adaptá-los às necessidades de utilização, sobretudo por

parte dos deficientes motores.

O que infelizmente se veio a verificar é que praticamente todas as novas construções e intervenções no espaço público que nasceram após a publicação deste decreto-



lei continuaram a não respeitar as normas do desenho universal. Ou seja, e só para dar um exemplo, as regras referentes às acessibilidades, continuaram a não ser seguidas como estava determinado superiormente.

Contudo, e na nossa opinião, este decreto-lei debatia-se com alguns problemas. Desde logo com uma indefinição quanto aos aspectos da fiscalização, mas também quanto à coordenação e verificação das intervenções, razão pela qual o actual Governo achou necessário proceder a algumas alterações legislativas, exactamente com o objectivo de alterar este estado das coisas.

Com a publicação do decreto-lei 163/2006, que entrará em vigor já em Fevereiro, são introduzidas alterações substantivas que importa referir.

Por um lado, a fiscalização deixará de ser um aspecto meramente pró-forma, passando a constituir, de facto, um ponto que não será



negligenciável, e por outro lado, a lei passará a responsabilizar todos os intervenientes no processo, desde a concepção até ao licenciamento final.

As Organizações Não-Governamentais (ONG), ao abrigo da lei, são igualmente chamadas a este processo, podendo denunciar os eventuais incumprimentos.

Nenhuma obra, já a partir de Fevereiro, terá licença de funcionamento caso a lei não seja cumprida rigorosamente, nomeadamente no que respeita às regras da acessibilidade.

Mas há mais: pela primeira vez está previsto, entre um conjunto de possibilidades, a adaptação do edificado habitacional, à medida que a esperança de vida vai aumentando, às condições de mobilidades dos seus moradores, nomeadamente abrindo os vãos de portas, alterando a altura dos interruptores ou ainda possibilitando transformações nas instalações sanitárias.

Também em relação aos espaços públicos existe todo um conjunto de novas regras e de obrigações que certamente ajudarão a modificar o actual panorama de algum desrespeito pela pessoa deficiente. Aliás, estão previstas penalizações pecuniárias

para os casos de incumprimento, algo que pode vir ajudar a moralizar, a médio prazo, esta área.

O que é que se está a fazer no sentido de uma melhor integração dos deficientes na vida activa?

Esta é uma das áreas a que temos dedicado particular atenção. Esta Secretaria de Estado foi criada por uma opção política deste Governo. E o intuito foi, não só dar maior visibilidade às pessoas portadoras de deficiência e às suas famílias, mas também interpretar um conjunto de políticas para a deficiência que defendessem princípios de intervenção baseados numa série de documentos internacionais, produzidos, quer pela ONU, quer pelo Conselho da Europa, quer ainda pela própria Comissão Europeia, com o objectivo de assentar essas políticas na matriz do modelo social europeu.

Neste sentido, logo no princí-

pio definimos de forma transversal, uma vez que a deficiência interliga-se com quase todas as áreas da governação, que teríamos que proceder a um levantamento exaustivo das situações mais preocupantes, para posteriormente submeter esse diagnóstico à participação e à apreciação da sociedade civil, medida que tomámos tendo esse estudo ficado em análise e avaliação durante

perto de meio ano.

A partir deste ponto elaboramos um plano de acção perspectivando a melhor forma de integrar na sociedade as pessoas portadoras de deficiência ou com incapacidades, plano que englobou perto de cem medidas. Queremos que as pessoas com deficiência se integrem na sociedade de forma activa e que os apoios que recebam deixem de ser enquadrados numa perspectiva assistencialista ou caritativa.

Tal como tem vindo a ser amplamente divulgado, neste momento há um conjunto de medidas emblemáticas implementadas pelo Governo que estão já em andamento e que visam dar corpo a este princípio de integrar de forma activa e efectiva os deficientes na sociedade. De entre estas destaco a formação contínua para cerca de 9500 cidadãos portadores de deficiência, a assinatura de 20 protocolos com empresas para a abertura de 400 estágios profissionais, a comparticipação nas adaptações em 1500 habitações, a criação de mais 1000 vagas em centros de actividade ocupacionais, 20 novas residências para deficientes com alguma autonomia, manuais escolares digitais para 700 cegos, aumento em 14 por cento da frota da Carris de Lisboa destinada a pessoas com deficiência motora ou ainda a criação de 25 centros para crianças com necessidades educativas especiais.

Sócrates apela aos jovens para votarem no referendo

O secretário-geral do PS, José Sócrates, fez no domingo, em Guimarães, um apelo aos jovens para que votem no referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG), numa sessão de esclarecimento pelo "sim", no Centro Cultural Vale Flor, organizada pela Juventude Socialista.

“EM NOME do PS e como secretário-geral do partido gostaria de vos deixar este apelo: votem, exerçam esse direito, porque assim

estaremos a contribuir com o nosso ponto de vista para uma democracia mais madura em Portugal e mais à altura dos desafios que a democracia directa nos coloca”, disse.

Falando perante mais de três centenas de jovens, José Sócrates afirmou que “é importante que todos votem”, sublinhando que “compete a cada um de nós decidir sobre uma matéria tão importante, uma proposta de alteração da lei que visa acabar com a chaga social do aborto clandestino”.

Salientando que há 30 anos defende a alteração da lei, para acabar com a criminalização das

mulheres, o líder socialista disse que, se o “sim” ganhar, as mulheres que optam por abortar, “em vez de enfrentarem a polícia ou o procurador no tribunal, podem recorrer ao conselho médico, nos serviços de saúde, ou ao apoio de uma assistente social, na Segurança Social”.

Segundo o secretário-geral do PS, a proposta que será votada em referendo resultará “numa lei equilibrada, moderada”, que, “por um lado, não puna as mulheres que interrompem a gravidez e, por outro, lhes dê acesso aos serviços públicos, na área médica e da Segurança Social para poder



decidir em consciência”.

José Sócrates referiu ainda que a legislação em vigor mantém “a chaga social do aborto e o drama das mulheres que o fazem clandest-

tinamente”, frisando que, “embora a questão cause naturais dilemas morais, ninguém tem o direito de impor o seu ponto de vista aos outros nesta matéria”. J. C. C. B.

O QUE ESTÁ EM CAUSA NO PRÓXIMO REFERENDO SOBRE A IVG

OPINIÃO



ALDEMIRA PINHO
Deputada do PS e presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas do Algarve

O QUE está em causa no próximo referendo do dia 11 de Fevereiro é despenalizar a IVG até às dez semanas. É apenas saber se a mulher deve ou não ser penalizada e não se deve ou não abortar.

Pretende-se, pois, uma alteração do artigo 142º do Código Penal português, que prevê

uma pena de prisão até três anos para a mulher que decide interromper a sua gravidez.

Na maior parte dos países europeus a despenalização da IVG existe até às 12 semanas. Dos países da Europa alargada só dois é que não permitem (Irlanda e Malta) e na Polónia só é permitido por razões de saúde.

Queremos que Portugal continue a ter um desenvolvimento sustentado e que, também nesta problemática, acompanhe os restantes países, seus parceiros na UE, combatendo assim o “flagelo” do aborto clandestino.

Importa referir que não sou pelo “direito ao aborto” nem tão-pouco a “favor do aborto”, sou simplesmente pelo respeito pelas mulheres que decidem em consciência interromper a sua gravidez até às dez semanas por não se sentirem em condições para assumirem uma maternidade responsável antes e depois do nascimento.

As mulheres e os homens têm o direito de ter

uma maternidade e uma paternidade responsável – não é um dever, é um direito.

Continuar a penalizar a IVG não faz com que a sua prática acabe e a existência de uma lei que despenalize o aborto não obriga nenhuma mulher a abortar. É importante dizer que despenalizar não é liberalizar!

Despenalizar (alterar a lei) permite pôr um travão à prática do aborto clandestino e inseguro em Portugal.

Liberalização é o que existe neste momento: pratica-se a IVG sem quaisquer regras, recorrendo a um mercado clandestino e paralelo e potenciando as complicações que surgem no pós-aborto ilegal com graves riscos para a mulher e que, como se sabe, é hoje internacionalmente reconhecido, nos países onde é punido, como um problema grave de saúde pública.

A verdadeira dimensão do aborto clandestino em Portugal é, ainda hoje, desconhecida. No entanto e tendo presente os dados do último estudo da Associação para o Planeamento da Família (APF), apresentado no dia 13 de Dezembro de 2006, na Maternidade Alfredo da Costa, pode-se constatar, em linhas gerais que: cerca de 14,5 por cento das mulheres entre os 18 e os 49 anos já praticaram a IVG; no último ano cerca de 18 mil mulheres fizeram abortos; a grande maioria das mulheres fez só um aborto ao longo da vida; 60 por cento das mulheres fizeram-no com idade inferior a 24 anos; cerca de 73 por cento das Mulheres fizeram aborto

até às dez semanas de gravidez.

O mesmo estudo demonstra também que praticaram a interrupção voluntária da gravidez: no Norte – 12 por cento; no Centro – 17,1 por cento; em Lisboa – 16 por cento; no Sul – 19,7 por cento, e Regiões Autónomas – 3,5 por cento. Importa ainda referir que, relativamente à caracterização do primeiro aborto e no que diz respeito à dificuldade na tomada de decisão, 40,8 por cento das mulheres referiram que foi muitíssimo difícil e 34,9 por cento que foi difícil.

Acredito que nenhuma mulher gosta de abortar e só o fará em último recurso quando algo falha, interrompendo a sua gravidez sob grande pressão. Nesta fase da sua vida as mulheres precisam de compreensão, de apoio e de ajuda e não de serem julgadas e presas.

Sabe-se que a prática da IVG atravessa todas as classes sociais, no entanto temos consciência que as mulheres com maiores recursos quer ao nível da sua formação académica, quer ao nível económico-social resolvem os seus problemas recorrendo à prática do aborto no estrangeiro. (Só numa cidade fronteiriça de Espanha, em 2005, foram assistidas para IVG cerca de 2000 mulheres portuguesas).

As pessoas com menos recursos recorrem aos serviços do aborto clandestino no nosso país, com medo e insegurança, com graves riscos para a sua saúde e mesmo, em alguns casos, para a sua vida.

Todos(as) nós devemos combater as causas que

levam mulheres a interromperem a sua gravidez. Devemos apoiar as mulheres no sentido de terem os seus percursos de autonomia que lhes permita tomar as suas opções em consciência – é uma questão de direitos humanos.

Aconselhar a mulher a prosseguir a sua gravidez e dar o seu filho ou a sua filha para adopção é uma grande violência para a mãe e para a criança. Quantas crianças estão institucionalizadas à espera que o “sistema” funcione e se desenvolva o processo de adopção? Quantas crianças que estão (e continuam) institucionalizadas, na presença das pessoas que as visitam, perguntam: “Vais ser a minha mãe nova?”, “Vão ser os meus pais novos?”, “Leva-me contigo...” Constituir uma família e assumir o direito à maternidade e à paternidade conscientes é um direito constitucional.

Com a despenalização do aborto a tendência será para que um maior número de mulheres decida de forma atempada, em condições de legalidade e segurança para a sua saúde, interromper a sua gravidez.

Por tudo o que foi já referido e porque defendo intransigentemente uma cultura de defesa dos direitos humanos; porque é urgente combater o aborto clandestino; porque em consciência acho que as mulheres que praticam a IVG não devem ser perseguidas e criminalizadas; porque com a vitória do “sim” no referendo pretende-se alterar o artigo 142º do Código Penal Português; pelos direitos da criança e pensando na criança, no próximo referendo, dia 11 de Fevereiro, voto “sim”.

NO REFERENDO VOTO “SIM”

OPINIÃO



PAULA NOBRE DE DEUS
Deputada do PS

A RAZÃO deste referendo é dar aos portugueses e às portuguesas a possibilidade de decidirem se desejam que as mulheres que praticam um aborto possam vir a ser presas ou não. Esta é a resposta à questão central e cada um de nós vai ser responsável por manter ou alterar esta situação. As pessoas que não forem votar ou as que se abstiverem também estão a contribuir para que mulheres continuem a ir a julgamento e que sejam presas, se a lei for de facto respeitada. Desde 2003 houve 30 julgamentos em Portugal pela prática de crime de aborto.

Este referendo contém outra proposta importante: a sociedade vai ter de decidir se as mulheres portuguesas têm a capacidade de decidir ou não sobre o direito à interrupção voluntária da sua gravidez a ser feita num estabelecimento de saúde adequado. A pergunta do referendo questiona os portugueses sobre a despenalização do aborto por vontade da mulher. Portugal é dos poucos países do mundo onde o aborto não é legal e onde as mulheres continuam a ser condenadas. Os casos que são excepção estão previstos na lei e dependem sempre da opinião médica.

Na Europa apenas a Irlanda e Malta não permitem a interrupção de uma gravidez não desejada. Os outros países respeitam a vontade da mulher. Neste momento Portugal tem oportunidade de decidir se vai continuar a alinhar pelos que

pensam que as mulheres não têm capacidade de decidir sobre uma questão tão importante para as suas próprias vidas. Na sociedade portuguesa ainda há quem pense que a mulher é dada a “estados de alma”, que pratica levemente um aborto, sem razões muito fortes para o fazer. Mas a realidade é que quem pensa assim, está a ter uma posição de profundo desrespeito pelas mulheres portuguesas, contrariamente à maioria dos países na Europa.

A actual lei não evita que se façam abortos clandestinos, em condições de saúde precárias, na mais absoluta insegurança e desumanidade, sobretudo para as pessoas de menores recursos económicos. As mulheres continuam a sofrer sozinhas, sem possibilidade de conversar sobre o seu problema. A alteração à lei permite que elas

tenham acesso a cuidados de saúde adequados e a conversar com pessoas da sua confiança e com os próprios profissionais de saúde sobre a sua decisão. O aborto é dos poucos problemas de saúde pública que só afectam as mulheres.

A alteração à lei não estimula a prática do aborto. Mas votar “sim” no referendo traduz uma posição de respeito da sociedade portuguesa pela mulher, pela sua capacidade de decidir em consciência se pode ou não ter um filho, reconhecendo que as mulheres portuguesas não são inconscientes. A excepção não faz a regra. A verdade é que as mulheres que por inevitabilidade das suas circunstâncias de vida têm de interromper a gravidez, ponderam muito bem a sua decisão e sofrem como só elas sabem quando fazem um aborto. Por todas estas razões voto com firmeza “sim”.

Socialistas mobilizados para a vitória do “sim”

A “principal razão” que leva o PS a participar activamente na campanha do “sim” é combater a “vergonha nacional” do aborto clandestino, afirmou o secretário-geral, José Sócrates, no encerramento da conferência “O sim responsável”, no Teatro Camões, no Parque das Nações, em Lisboa, onde apelou à participação no referendo.

J. C. CASTELO BRANCO

MAS, para além do aborto clandestino, “uma chaga social que ninguém pode ignorar”, Sócrates apontou ainda a descriminalização da interrupção da interrupção voluntária da gravidez (IVG) como outra razão fundamental para o “sim” no referendo de 11 de Fevereiro, porque “a prisão.

A actual lei, referiu, “apenas transforma a interrupção voluntária da gravidez em abortos clandestinos”, já que “a ameaça de prisão não resolve o problema, só agrava o problema”. Por isso, acrescentou, “é preciso uma mudança para que a IVG deixe de estar no sistema judicial e policial e passe a estar entregue ao sistema de saúde e apoio social”.

O líder socialista sublinhou também que “o que queremos para Portugal é o mesmo que já se faz nos países mais desenvolvidos da Europa e do mundo”, onde a despenalização levou “à diminuição do número de abortos”, através de uma lei “moderada, séria e responsável”, que permita “alcançar um consenso social e um equilíbrio entre convicções e liberdade”.

E afirmou estar absolutamente convicto de que com a alteração da actual lei “teremos um país melhor e mais justo”.

José Sócrates apelou aos portugueses para votarem no referendo, sublinhando que “é precisamente nas questões de consciência e nas questões morais que não podemos deixar que sejam os outros a decidir por nós. Esta é a nossa responsabilidade individual e é a cada um de nós que compete decidir”.

Na sua intervenção, o secretário-geral afirmou ainda que o PS vai fazer “uma campanha com superioridade, elevação e respeito pelas posições de cada um”, mas também “humilde, porque não temos a certeza da vitória mas tudo faremos para merecer essa vitória”.

A conferência contou ainda com a participação dos dirigentes socialistas António Vitorino e Edite Estrela, do psiquiatra e sexólogo Júlio Machado Vaz e da actriz Beatriz Batarda.

O primeiro orador, António

Vitorino, começou por referir que a posição do PS no referendo é “clara e inequívoca – somos pela despenalização da IVG até às dez semanas”, salientando que “é possível fazer um debate na tolerância e na racionalidade, não estando em causa uma discussão filosófica sobre a origem da vida”.

Segundo o dirigente do PS, “as mentalidades e consciências” evoluíram desde 1998, data da realização do último referendo, em que “foi dada uma não resposta ao aborto clandestino e à pena de prisão”, sendo por isso necessário na consulta popular de 11 de Fevereiro “encontrar uma verdadeira resposta”, através de “uma lei equilibrada, moderada e responsável”.

Vitorino afirmou que não soluções de “meias-tintas” como as que propõem manter a lei mas suspender a acção penal. “Se não queremos sanção há que dizer ‘sim’”, disse, defendendo “uma campanha mobilizadora, que não responda a provocações, que evite o ruído e a confrontação desnecessária”.

Isto porque, lembrou, a vitória do “não” em 1998 deveu-se a “alguns dos argumentos do ‘sim’ muito centrados num discurso com radicalismo” e não, como fez questão de sublinhar, à posição do então primeiro-ministro e secretário-geral do PS, António Guterres, que defendeu o “não”.

Não há vitórias antecipadas

Por sua vez, a dirigente e euro-deputada socialista Edite Estrela afirmou que “é preciso ir votar, porque não há vitórias antecipadas”, acrescentando que “pelas crianças, mulheres e famílias serem mais felizes, é preciso irmos votar ‘sim’”.

Segundo sublinhou Edite Estrela, a actual lei é responsável por muitas mortes e mulheres incapacitadas”, considerando que “ninguém pode ser impedido de pôr termo a uma gravidez que não é desejada”.

A actual lei, continuou, “penaliza as mulheres mais carenciadas”, já que “as que têm dinheiro não precisam de alterar a actual lei, por-



“A lei actual apenas transforma a interrupção voluntária da gravidez em abortos clandestinos”

que vão ao estrangeiro interromper a gravidez”.

Depois de lembrar que “nenhum método anticoncepcional é totalmente seguro” e que “Portugal é um dos países com maior número de grávidas adolescentes”, a secretária nacional do PS disse que “o aborto existe e é um mal, mas será ainda pior se for feito clandestinamente”.

E reafirmou que votará “sim” no referendo de 11 de Fevereiro, por-

que “o que está em causa é a despenalização e não a liberalização”.

Já Júlio Machado Vaz sublinhou que no referendo “o que vai a votos não é o Governo, mas sim o desgoverno de uma lei anacrónica, como a actual, que na prática liberaliza o aborto”.

O psiquiatra manifestou-se indignado com alguns cartazes dos movimentos do “não” que falam em impostos, considerando de “mau gosto, oportunismo e obsceno colocar aspectos financeiros” nesta questão.

Júlio Machado Vaz lembrou ainda que com a vitória do “não” em 1998 “houve gente a pagar um preço demasiado alto, gente que tinha o direito de ser poupada a degradantes provações”.

Por isso, disse, é preciso agarrar “esta segunda oportunidade” que constitui o referendo de 11 de

Fevereiro, votando pela despenalização do aborto.

A actriz Beatriz Batarda, por seu lado, disse que votar “sim” é votar “pela possibilidade de pensar e decidir, pelo direito básico da escolha, pelo equilíbrio e pela saúde, para que todas as mulheres tenham as mesmas hipóteses”, sublinhando que a lei actual “discrimina as mulheres, em particular as mais desfavorecidas”.

Segundo Beatriz Batarda, existe uma certa “hipocrisia” entre os apoiantes do “não” que “querem continuar a ter o privilégio de escolha. Propagandeiam o ‘não’ e em segredo praticam o ‘sim’”.

A actriz, que disse ser católica, afirmou ter conhecimento que algumas comunidades religiosas estão a ser “assediadas” por grupos do “não”, sublinhando que “não podemos fazer escolhas pelos outros”.

OPINIÃO



RICARDO GONÇALVES
Deputado do PS

O Governo insiste em que o que interessa neste momento é governar. Prosseguir um caminho há muito traçado. Há muito prometido aos portugueses. Prosseguir esse caminho sem tergiversações, sem cedências a "lóbis", mesmo arrostando, tantas vezes, com algum descontentamento popular – ou de interesses instalados

CAVACO SILVA: UM DISCURSO E UMA VIAGEM

A VISITA que o Presidente da República acaba de efectuar à Índia vem relevar a importância da ligação económica e cultural de Portugal com o grupo de países normalmente apontados com a sigla de BRIC. Trata-se do Brasil (que os portugueses praticamente fizeram), da Rússia, da Índia (onde Portugal se implantou fortemente, com especial destaque para Goa) e da China (por onde também andaram os portugueses com realce para Macau, e que brevemente receberá a visita do primeiro-ministro, José Sócrates). E se é importante que se recorde, aqui, a importância dos investimentos portugueses no Brasil, não é menos importante lembrar a importância do mercado da Rússia – e do fornecimento de energia à União Europeia.

Num âmbito mais vasto, pode mesmo dizer-se que a hoje tão propalada globalização começou com Vasco da Gama, culminando, ao longo dos séculos, com a riqueza que é a ligação cultural e económica entre os povos. Convirá igualmente recordar a ligação, estabelecida a partir dos Descobrimentos, de Portugal com os grandes mercados e fornecedores do séc. XV e XVI que são os mesmos, hoje no século XXI, tempo da globalização –, tal como hoje ainda se verifica. E poderíamos talvez acrescentar ao "grupo" do BRIC o nome de Angola, que é provavelmente o mais rico país do mundo, pela sua imensa riqueza natural, a sua agricultura extraordinária, e que também fala português. Ficando assim Brica a sigla que mais pode marcar este novo século.

Daí também a importância da cooperação e do intercâmbio cultural com todos estes países, que os nossos antepassados já vislumbraram como fundamentais num mundo interligado e multicultural, com a economia a ser o mote principal, esperando que o progresso económico arraste desenvolvimento e paz.

Esta visita de Cavaco Silva à Índia corporiza, assim, um dos papéis que o PR deve desempenhar, porque precisamos, como país pequeno, aberto e periférico (às vezes mais mental do que geograficamente), de estar presente nos sítios de todo o mundo onde as coisas acontecem.

É mais importante realçar este papel de Cavaco Silva do que extrapolar em demasia sobre o seu discurso de Ano Novo. Como de costume, a mensagem de Ano Novo do PR foi de imediato aproveitada pelos (já conhecidos) "opinion makers" para retirar reflexões e "recados", orientações e directivas, ainda que subliminares. Da parte da oposição, quase se chegou ao aplauso, num claro contraste com anteriores intervenções do PR, particularmente aquando da sua entrevista à SIC conduzida por Maria João Avelaz. Do lado do Governo, mais uma vez a serenidade, a transparência, a objectividade e a determinação na continuação do caminho traçado foram as tónicas.

Do que ressalta desde logo da "análise" às "reações" ao discurso de Cavaco Silva é a evidência de uma realidade indelével: a oposição continua a agarrar as intervenções, ainda que mínimas, do PR, como autêntico naufrago que se agarra à primeira bóia que aparece. À falta de uma acção consistente, forte, verdadeiramente imbuída do sentido de uma oposição democrática, os partidos com assento parlamentar, tanto à direita como à esquerda do PS, não têm conseguido outro caminho senão permanecer indelevelmente à espera que Cavaco Silva lhes funcione como rampa de lançamento. Especialmente à direita do PS, o espectro apresenta-se muito negro. No PSD, Marques Mendes continua permanentemente (e progressivamente mais) debaixo de fogo cruzado, tentando apagar os fogos a um lado e outro. No CDS-PP, Ribeiro e Castro mostra-se ainda mais atolado em dificuldades. Numa altura em que poderia aproveitar uma pretensa unidade partidária em torno da questão do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, o líder centrista vê-se cada vez mais rodeado de polémica e há quem não lhe augure grande futuro a curto prazo. À esquerda do PS, as reações são "as do costume". Ponto final.

O Governo, esse, insiste em que o que interessa neste momento é governar. Prosseguir um caminho há muito traçado. Há muito prometido aos portugueses. Prosseguir esse caminho sem tergiversações, sem cedências a "lóbis", mesmo arrostando, tantas vezes, com algum descontentamento popular – ou de interesses instalados. Prosseguir o caminho com coragem, com determinação.

Ora, Cavaco Silva não é primeiro-ministro, já foi e, pelos resultados que o país tem apresentado nos anos que antecederam José Sócrates, sem grandes resultados, contribuindo para a fase difícil que estamos a viver. Portanto, o PR não pode ser paternalista, é um símbolo do regime, não pode ter a veleidade de sobrepor legitimidades, porque os poderes estão bem definidos.

O ano de 2007 reforçará, inevitavelmente, esta directriz. Além de que Cavaco Silva não estará minimamente interessado em criar perturbações à acção governativa. O país não se pode dar a "luxos" dessa natureza. Cavaco está no primeiro mandato – e não é preciso recordar, aqui, a "tradição" dos mandatos presidenciais que se tem evidenciado desde que Ramalho Eanes foi eleito, prosseguindo depois com Mário Soares e com Jorge Sampaio.

E, para José Sócrates, para o Governo do PS, prosseguindo-se a rota inabalável que se tem mantido até aqui, o ano de 2007 será, muito provavelmente, senão o ano decisivo, pelo menos um dos anos decisivos para o futuro. E o futuro é já ali ao virar da esquina.

OPINIÃO



NELSON BALTAZAR
Deputado do PS

Se vai construir um prédio, uma casa ou remodelar a sua, verifique os benefícios que já existem pelo facto de termos em Portugal três mil horas de Sol por ano!

TRÊS MIL HORAS DE SOL

A PROPÓSITO, quem aproveita as três mil horas de Sol do nosso país? Num princípio de ano, que também é o princípio do século, estamos confrontados com muitos e complicados problemas. Falaremos hoje das questões relacionadas com os consumos e os custos de energia. Este é sem dúvida um dos maiores desafios da humanidade, em particular das sociedades desenvolvidas ou em vias disso, designadas do Norte. Já pensou contar o número de vezes que, num dia normal, utiliza a electricidade? Pois faça-o como exercício de conhecimento e alerta. Verificará que se esqueceu de contar muitas vezes mas, mesmo assim, foram muitas as que resultaram em muitos watts de consumo. Provavelmente, alguns eram mesmo dispensáveis. É claro que ainda só estamos a falar da energia eléctrica, falta adicionar o gás, a "água nas torneiras", o combustível para o automóvel e outras que usamos dia a dia. Admita que cada um dos portugueses, em média, fará um consumo que é metade do seu, multiplique pelos dez milhões de portugueses ou pelos quinhentos milhões europeus e perceba melhor o problema que teremos, no próximo futuro. Sabemos que não podemos continuar a consumir com base no petróleo ou no gás natural. Será necessário diversificar com o carvão, impedindo o monopólio daqueles. E o que fazemos nós, em Portugal? Temos três mil horas de Sol grátis, por ano. Temos ventos relativamente constantes e sem grandes variações bruscas. Temos ainda uma grande capacidade de produção com origem nas albufeiras de água. Temos um assinalável e constante movimento das ondas e das marés. Precisamos ou não de rever a nossa estratégia tecnológica, no sentido de aproveitar estas ofertas que nos foram entregues pela natureza? Qual a razão pela qual ainda não percebemos que as energias renováveis têm, no caso português, uma lógica de prevalência muito forte e que vale a pena explorar? Se nada fizermos, a nossa dependência para produção de energia com origem fóssil aumentará para 71 por cento em 2030, constituindo uma parte significativa do PIB que entregamos ao exterior, pois em Portugal o petróleo, o gás e o carvão são todos importados. Em Julho passado, a Europa registou, por força desta dependência, um significativo aumento de 6 por cento nos preços da produção industrial que se reflectirá obrigatoriamente

nos preços ao consumidor. Temos a obrigação de lançar um amplo debate sobre as diferentes formas para produção de energia, os seus custos na produção, transporte, distribuição, consumo e segurança. Será fundamental avaliar o impacto da sua produção quanto aos aspectos que influenciam as alterações climáticas e as emissões de CO₂. A UE está obrigada a reduzir a forte dependência de importações nas fontes de energia, realizando uma transição imediata para as fontes limpas e com maior eficiência. E o que temos feito com as três mil horas de Sol por ano? Portugal, desta vez, podia tentar tomar a dianteira, promovendo objectivos de eficiência energética de forma integrada com outras políticas sectoriais. Há uma plétora de acções a introduzir, nomeadamente na política fiscal, de transportes ou de construção. É possível propor políticas de microcrédito para os cidadãos e estratégias de capital de risco para as empresas. Desta forma, poderemos associar parceiros individuais, colectivos, privados ou públicos. Alguns princípios devem ser assumidos de forma radical e eficaz: políticas fiscais com incentivos em favor da eficiência energética; sistemas fiscais que penalizem o poluidor – é poluidor será pagador; os transportes colectivos menos poluentes devem ser despenalizados e os transportes individuais contrariados de forma efectiva; os veículos híbridos movidos a electricidade e gasolina verem reduzido o respectivo imposto. Espantem-se - o estado da Califórnia está a processar os seis maiores fabricantes de automóveis, exigindo que paguem os prejuízos ambientais causados pelos seus veículos. Será que Mr. Schwarzeneger almoçou com Mr. Al Gore? Admirem-se - Bush deseja "ajudar a quebrar a dependência de fontes energéticas estrangeiras e pretende substituir, até 2025, mais de 75 por cento as suas importações de petróleo por novas tecnologias alternativas para produção de energia mais limpa, menos onerosa e mais fiável". Será que Mr. George também almoçou com Mr. Gore? Pelo menos, está a começar a ver o filme. Teremos de ser nós a dar o impulso de poupar para podermos começar a ganhar este desafio. Ah! Já agora, se vai construir um prédio, uma casa ou remodelar a sua, verifique os benefícios que já existem pelo facto de termos em Portugal três mil horas de Sol por ano!

O grupo de trabalho do Grupo Parlamentar do Partido Socialista convida os militantes do PS a apresentar sugestões e propostas de modernização e funcionamento da AR. Os contributos podem ser enviados para o seguinte endereço de correio electrónico: reformaparlamento@ps.parlamento.pt, ou para Grupo de Trabalho para a Reforma do Parlamento, GPPS, Palácio de S. Bento, 1249-068 Lisboa.

Votar “sim” para acabar com aborto clandestino

No referendo do próximo dia 11 de Fevereiro está em causa uma alteração da lei penal e não a complexa discussão sobre o sentido, a origem, os limites ou a natureza da vida humana e intra-uterina. Esta a ideia sublinhada pelo líder da bancada socialista, Alberto Martins, no encerramento da conferência parlamentar sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG), que decorreu na Assembleia da República.

MARY RODRIGUES

PERANTE a vasta assistência que se reuniu na Sala do Senado e os oradores convidados, Alberto Martins garantiu que os deputados socialistas defensores do “sim” vão bater-se “determinadamente” pela vitória da despenalização da IVG, contribuindo, também assim, para acabar com o flagelo do aborto clandestino.

Segundo clarificou o presidente do GP/PS, com esta nova consulta popular sobre a IVG procura-se “definir qual a política criminal que o Estado democrático deve seguir” a este propósito, e não resolver “pretensos ou reais conflitos entre direitos humanos e direitos fundamentais”.

Para Alberto Martins, “os oito anos e meio transcorridos desde o Verão de 1998 apenas vieram confirmar o que já sabíamos sobre esta lei”, ou seja, “ela gera situações de clandestinidade e medo; é inaceitável do ponto de vista social, porque produz profunda desigualdade entre as mulheres; e corresponde a uma estigmatização penal que não encontra sustentação real na consciência da comunidade”.

Apontando para a ineficácia da lei no plano da prevenção do aborto e para a sua desproporcionalidade no plano da punição deste enquanto crime, o líder parlamentar frisou que “a simples existência desta lei gera iniquidades”.

“Não basta reconhecê-lo. Há que mudar a lei”, afirmou, esgrimindo de seguida fortes críticas ao argumentário dos defensores do “não”, acusando-os de revelarem “uma falta inaceitável de integridade ética”, evidenciada na exagerada preocupação com “os custos para o erário público” da despenalização da IVG e na tentativa de confundir os cidadãos, espalhando cartazes que alertam para uma pretensa liberalização do aborto.

A terminar, Alberto Martins fez questão de deixar claro que os defensores do “sim” não fazem a apologia do aborto, não o recomendam, nem favorecem ou incentivam a sua prática.

Antes de apelar ao voto no “sim”, Alberto Martins lembrou a necessidade de mudar as normas para acabar com a ameaça de perseguição, julgamento e eventual prisão das mulheres, para combater o aborto

clandestino e promover a saúde materno-infantil.

Por sua vez, a deputada socialista Maria de Belém Roseira defendeu uma abordagem desta problemática à luz da doutrina dos direitos humanos, classificando como “errado” considerar que as manifestações concretas das insuficiências das políticas nestes domínios se resolvem através da intervenção do direito penal.

Depois de sublinhar que a proibição das práticas de aborto, longe de as eliminar, provoca o aumento do recurso a elas de forma clandestina, Maria de Belém focou a sua intervenção nas “múltiplas” causas que “condenam” as mulheres portuguesas a interromper a gravidez.

Ao lembrar que Portugal é, no conjunto da UE a 15, o país que tem maior taxa de pobreza, onde se registam maiores desigualdades sociais e elevado índice de abandono escolar, a deputada socialista evidenciou a relação estreita existente entre os baixos níveis de literacia da nossa população, o défice de qualificação geral e a incapacidade/desconhecimento para agir e usar o Sistema Nacional de Saúde de forma eficiente.

Criticando a actual lei por ser, como sublinhou, “social e sexualmente discriminatória”, a deputada Maria de Belém finalizou a sua intervenção com um apelo ao voto “para que ninguém deixe a consciência dos outros impor-se à sua própria consciência”.

Já o deputado Manuel Alegre acusou os defensores do “não” de quererem impor uma moral e obrigar todos os outros.

“Ao defender-se a liberdade de decisão da mulher, nos prazos legalmente definidos, admite-se uma opção, mas não se impõe uma opinião. Negar essa liberdade é transformar a opinião contrária em doutrina ou imposição do Estado”, sustentou, apelando depois ao fim da viciação do debate.

E acrescentou: “O aborto, em Portugal, foi liberalizado da pior forma possível pelo laxismo, pela mentira, pela hipocrisia e pelo negócio”.

A este propósito, apontou que, hoje em dia, se recorre ao aborto segundo a condição económica-social, com as mulheres que têm dinheiro a ir ao estrangeiro ou a recorrerem a clínicas de luxo e as mulheres que não o têm a “sujeitar-se à rede clandestina, ao vão-de-escada, à humilhação, à doença”.



“Deixou de ser pertinente e sério insistir no tema da vida do embrião ou do feto e da sua eventual prelavência sobre a vida da grávida. Que se use do rigor e não se procure confundir em vez de esclarecer”, desafiou, numa

crítica aos movimentos defensores do “não” e recordando que a lei actual já prevê situações em que a mulher pode abortar sem ser punida.

Manuel Alegre considerou ainda que para os eleitores decidirem “em

consciência” como vão votar a 11 de Fevereiro, é necessário assegurar que essa decisão é tomada de forma “livre de demagogias, de manipulação de sentimentos e de pressões abusivas”.

Na sua intervenção, o deputado socialista fez ainda um apelo contra a abstenção, considerando que, ao contrário do que aconteceu na consulta popular de 1998, “não pode haver comodismo” nem “ambiguidades”.

Na conferência parlamentar “sim à despenalização da IVG” participaram ainda o professor de Ética

Médica Miguel Oliveira da Silva, a procuradora-geral adjunta, Maria José Morgado, o ex-bastonário da Ordem dos Médicos Carlos Ribeiro e a juíza do Tribunal Constitucional Maria Fernanda Palma (*ver caixas*).

ABORTO CLANDESTINO POTENCIA CORRUPÇÃO



Para Maria José Morgado, o aborto ilegal é um “negócio de dinheiro sujo que não é tributado”.

“Há clínicas em Portugal que são *slot machines* de ganhar dinheiro”, afirmou, sublinhando que “estes fenómenos potenciam a corrupção, a venalidade e

crimes de enriquecimento ilícito”. No entanto, alertou, “a lei não é uma varinha mágica”, pelo que os problemas sociais que estão subjacentes ao aborto vão subsistir.

Todavia, considerou “desejável que existam regras e maior controlo”, pois “a clandestinidade é o vale-tudo”. A procuradora-geral adjunta, defensora

do “sim” no referendo de 11 de Fevereiro, descreveu a lei actual como “injusta, excessiva e que não corresponde à censurabilidade social” da prática de aborto clandestino.

“A norma perdeu a força, mantê-la no Código Penal, para lá de ser uma hipocrisia, pode ser uma porta aberta para excessos totalitários”, alertou.

LEI ACTUAL NÃO DEFENDE VIDA HUMANA



“A lei que temos impede a possibilidade de haver a intermediação de um profissional de saúde entre o pedido

de interrupção voluntária da gravidez e a sua realização”, vincou Miguel Oliveira da Silva, professor de Ética Médica na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, para quem a

norma em vigor “não defende a vida humana”, ao contrário do que dizem os defensores do “não”.

“Quem quer fazer um aborto, fá-lo. A clandestinidade favorece o aborto a pedido”, lembrou, fazendo de seguida uma distinção entre vida humana e pessoa humana, considerando que às dez semanas não se pode falar na segunda vertente.

“O sistema nervoso central de facto não funciona até às dez semanas (...) É completamente impossível às dez semanas haver sensibilidade, consciência, capacidade relacional entre o feto e a mãe”, apontou, acrescentando que um aborto realizado neste momento da gravidez “é seguro para a mulher e para os técnicos de saúde”.

DESPENALIZAR PARA COMBATER O MEDO



A TÓNICA da intervenção do ex-bastonário da Ordem dos Médicos foi colocada na necessidade de criar condições para uma efectiva educação para a saúde.

“Prevenção nesta área implica informação, pois só um indivíduo informado adere a técnicas de prevenção

de saúde”, afirmou Carlos Ribeiro.

Ao questionar o papel que o Estado pode e deve assumir no contexto desta problemática, o professor catedrático jubilado da Faculdade de Medicina considerou que este se limita a propor “soluções gerais” e não as ideais, uma vez que não pode atender às especificidades de cada caso concreto.

Defendeu, por isso, que só as mães, os casais e os familiares se encontram nas melhores condições para decidir a se há possibilidades de continuidade ou interrupção de uma gravidez até às dez semanas.

Assim, advogou a despenalização da IVG no prazo legal estabelecido “para combater o medo e trazer a paz às decisões da mulher e do casal”.

AMEAÇA PENAL NÃO EVITA ABORTOS CLANDESTINOS



FALANDO na qualidade de professora de Direito Penal, Maria Fernanda Palma fez uma breve referência à evolução dos acórdãos do Tribunal Constitucional relativos à problemática da IVG, frisando que o mais recente destes documentos não abandona a protecção da vida do feto na primeira etapa da gestação,

antes opta por uma “desprotecção penal” da mesma.

“O Tribunal Constitucional não entendeu que a liberdade de opção da mulher valha, em abstracto, mais do que a vida intra-uterina. Concluiu, mais limitadamente, que essa liberdade pode valer, num certo prazo, o suficiente para que a punição deixe de se justificar”, disse, considerando que

o passo dado em 2006 consistiu em relacionar a ponderação de valores (o da vida intra-uterina e a liberdade da mulher) com a necessidade ou não da pena.

“O mal da pena e a sua inadequação à situação são mais gravosos do que a destruição da vida intra-uterina, que nem sequer é evitado, dada a realidade do aborto clandestino”, concluiu.

“Abstenção combate-se com informação e a força dos argumentos”

Hoje estão criadas melhores condições para a vitória do “sim” do que no referendo de 1998, afirma Edite Estrela, que acusa os movimentos pelo “não” de radicalização crescente, através do recurso à “falácia” e à “pressão psicológica”, sustentando que a força dos argumentos, a informação e o esclarecimento são as melhores armas para combater a abstenção.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, a presidente da delegação socialista no Parlamento Europeu lamenta que Portugal seja um dos poucos Estados onde a IVG ainda é penalizada, dando assim “uma imagem de país retrógrado e desumano”, e faz um balanço positivo das medidas do Governo na área da igualdade de género, destacando a Lei da Paridade e o pacote contra a violência doméstica.

J.C. CASTELO BRANCO
MARY RODRIGUES

Quais são, na sua opinião, os principais argumentos que se devem esgrimir a favor do “sim” na campanha do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG)?

Há muitos argumentos a favor da despenalização da IVG até às dez semanas. Uma mulher ou uma adolescente que não querem levar até ao fim uma gravidez indesejada não devem ser tratadas como criminosas e atiradas para o aborto clandestino, com gravíssimas consequências para a sua saúde e equilíbrio psicológico. A maioria dos portugueses, mesmo muitos defensores do “não”, não quer que as mulheres que põem termo a uma gravidez indesejada sejam julgadas e condenadas. Mas a actual lei prevê uma punição até três anos de cadeia. Como num Estado de Direito as leis têm de ser cumpridas, é preciso alterar o artigo 142º do Código Penal, para que a lei traduza esse consenso nacional. Por outro, a actual lei já provou que não protege a vida (nem da grávida nem do feto), porque não evita o aborto clandestino, e que gera grandes desigualdades: as mulheres com poder económico vão abortar no estrangeiro, enquanto às mais desfavorecidas é negada a possibilidade de escolha. Para que serve uma lei que ninguém quer

ver aplicada, que se tem revelado inútil e injusta? A experiência dos países europeus – que despenalizaram a IVG, regra geral até às 12, há décadas – diz-nos que com a despenalização decresce o número de abortos.

Qual a estratégia que esta campanha deve seguir no seu todo?

Uma campanha deve servir para informar e esclarecer as pessoas para que elas se sintam motivadas a exercer o seu direito de cidadania e possam votar em consciência. Muitas vezes têm defendido a necessidade de um debate sério e feito com elevação, no respeito pelos que têm opinião diferente. Lamentavelmente, o tom vai subindo de dia para dia e, na falta de argumentos, os defensores do “não” vão recorrendo à falácia e à coacção psicológica e até religiosa. Já há pessoas que se sentem intimidadas no seio de determinadas comunidades. Pessoalmente, gostaria que houvesse mais moderação na forma e mais rigor nos termos.

Concorda que, desta vez, estão criadas melhores condições para a vitória do “sim” do que no referendo de 1998?

Acho que sim. Oito anos não passaram em vão. As pessoas aprenderam certamente com a experiência negativa do passado. Como disse, na semana passada, D. José Policarpo a Judite de Sousa,

como estamos no Inverno não há a distração da praia e é natural que os novos eleitores sejam mais favoráveis ao “sim”. Por outro lado, desta vez há substanciais diferenças na posição dos dois grandes partidos: o PS tem uma posição clara de apoio à alteração da lei e o PSD tem muitos dirigentes e deputados que defendem o “sim”.

De que forma deverá ser combatida a abstenção nesta nova consulta popular?

Com a força dos argumentos. Para se alterar a lei, para resolver este grave problema, para nos aproximarmos, também neste domínio, dos países mais desenvolvidos do mundo, é preciso que as pessoas percebam que o seu voto conta e não deixem os outros decidir por elas. O que está em causa no dia 11 de Fevereiro é a despenalização da IVG até às dez semanas. Mas se houver uma elevada abstenção, será também o mecanismo do referendo que poderá ser posto em causa... Como se pode compreender que as mesmas pessoas que reclamam mais participação na tomada de decisão e que gostariam de ter mais oportunidades de influenciar o curso das coisas, quando são chamadas a dar opinião sobre um assunto que afecta toda a sociedade, não vão participar?!

Que comentário lhe merece a radicalização crescente do

discurso dos movimentos pelo “não”?

Diz-nos a experiência que quando faltam os argumentos é da natureza humana recorrer à falácia, à pressão psicológica, à emotividade que tolda a razão. Não é quem mais grita quem tem mais razão. A intolerância não faz qualquer sentido neste tipo de debate e muito menos vinda de quem devia dar o exemplo. Por outro lado, a radicalização prejudica o esclarecimento e afasta as pessoas das urnas. Deve ser mesmo isso que os defensores do não querem: confundir as pessoas e conduzi-las à abstenção.

Como é que os eurodeputados socialistas se prepararam para a campanha do referendo sobre a IVG?

Os eurodeputados estão particularmente bem colocados para conhecerem o que se passa na Europa e no mundo. É natural que desejem aplicar no seu país os bons exemplos e as boas práticas dos países mais desenvolvidos. Porque quisemos informar, com objectividade e rigor, os nossos concidadãos e com eles partilhar os nossos conhecimentos, nós, socialistas, fomos os primeiros a realizar uma Conferência Internacional sobre “a saúde sexual e reprodutiva da mulher” e a editar uma brochura sobre o panorama legal da IVG na Europa. No Congresso do PSE, realizado em Dezembro passado,

no Porto, promoveu-se um estimulante debate sobre a despenalização da IVG. Os líderes socialistas europeus, manifestaram, aliás, o seu apoio à despenalização da IVG.

Importa recordar que os 12 eurodeputados socialistas consideram que é urgente alterar a lei e apelam ao voto no “sim”. Aliás, o próprio Parlamento Europeu já aprovou resoluções que vão no sentido da despenalização. Há um grande consenso europeu nesta matéria. A generalidade dos países europeus, assim como os países desenvolvidos de todo o mundo, já despenalizaram a IVG há décadas. O último caso de que tenho conhecimento em que a lei foi melhorada é a Suíça.

Na qualidade de presidente da delegação socialista no Parlamento Europeu, logo, como observadora privilegiada, pode esclarecer-nos de que modo tem sido prejudicial para a imagem do nosso país junto dos nossos parceiros comunitários o facto de Portugal ser um dos poucos Estados onde a IVG ainda é penalizada?

De facto, no que diz respeito à regulamentação da IVG, Portugal está muito isolado na União Europeia. Dos 27 Estados-membros, apenas mais três – Irlanda, Polónia e Malta – criminalizam a interrupção de uma gravidez indesejada. Para a esmagadora maioria dos de-





putados europeus, a despenalização da IVG é uma questão de justiça e de direitos humanos. Por isso, não compreendem que um país como Portugal (dos primeiros países a abolir a pena de morte) que tem estado no pelotão da frente da construção europeia, ainda não tenha sido capaz de resolver este grave problema social. Um problema que não afecta apenas as mulheres, os casais, afecta as famílias, e de que maneira! Sobretudo as mais desfavorecidas. Ao contrário das famílias com poder económico, as mais carenciadas não têm a possibilidade de se deslocar a um país europeu para interromper uma gravidez indesejada em condições de segurança. É lamentável que, neste domínio, Portugal apresente aos olhos da Europa culta e civilizada uma imagem de país retrógrado e desumano!

Que comentário lhe merece a posição de um certo “nim” que, por um lado, defende que a IVG continue a ser considerada crime, mas, por outro lado, advoga publicamente que nenhuma mulher deve ser perseguida ou ir parar à prisão por interromper a sua gravidez?

Respeito os que por razões filosóficas ou religiosas estão do lado do “não”. Mas não posso aceitar a incoerência (e até uma certa hipocrisia) daqueles que dizem que as mulheres não devem ser condena-

das mas não querem alterar a lei. Manter a actual lei e não condenar as mulheres significaria, na prática, que ninguém seria penalizado por abortar em qualquer altura, desde que clandestinamente, como se o que não é visto não fosse sentido! Isto, sim, seria a liberalização do aborto. Seria consentir o aborto sem regras nem prazos, seria o aborto livre.

Por outro lado, como é que num Estado de Direito se pode defender o incumprimento de uma lei? Se uma lei não é para ser cumprida, serve para quê? Quem diz que uma lei não deve ser cumprida é porque reconhece que ela não está adequada à sociedade a que se destina, logo, que deve ser modificada. As pessoas que defendem a despenalização da mulher deviam, em coerência, votar “sim”.

Poderia adiantar algumas das iniciativas que a nossa delegação no PE tem em agenda para este ano?

Para além do trabalho nas respectivas Comissões especializadas, da elaboração de relatórios e pareceres, das intervenções em plenário, etc., ou seja de tudo o que é inerente à habitual actividade parlamentar, os portugueses têm, no segundo semestre deste ano, um desafio excepcional, que é a presidência da União Europeia, a seguir à Alemanha. A delegação socialista tudo fará para que a presidência seja um êxito e Portugal saia prestigiado. Para além disso, continuaremos a realizar audições públicas sobre temas europeus de especial importância para os portugueses; a promover seminários com a imprensa regional; a participar em debates sobre temas da actualidade e a corresponder às expectativas dos eleitores que em nós confiaram. A nossa agenda vai sendo também ajustada à actualidade europeia e portuguesa.

A defesa da Europa Social tem sido, desde sempre, uma bandeira dos eurodeputados socialistas. De que forma se poderá defender mais eficazmente esta conquista civilizacional do pós-guerra face à ofensiva neoliberal?

Os socialistas europeus têm sido intransigentes na defesa do modelo social europeu. O PSE lançou, recentemente, o debate sobre uma Europa social digna do século XXI, combinando altos níveis de protecção social e direitos no local de trabalho com competitividade internacional, crescimento e emprego. Defendemos também uma legislação europeia mais eficaz contra a discriminação, sobretudo no que diz respeito à igualdade de salários entre homens e mulheres e ao equilíbrio entre vida profissional e familiar. É preciso identificar uma nova direcção para a Europa, dar confiança aos cidadãos e encontrar respostas para os desafios da globalização. A Estratégia de Lisboa, aprovada em 2000, durante a presidência portuguesa, definiu o rumo, agora trata-se de o concretizar.

A grande questão é esta: como pode a Europa estimular o crescimento económico e combater o desemprego e ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade do seu modelo social? Como conciliar desenvolvimento económico, produtividade e coesão social? Alguns modelos do passado estão esgotados, obsoletos. O mundo mudou, as sociedades mudaram e as necessidades dos cidadãos são hoje muito diferentes. Os novos problemas do nosso tempo exigem novas medidas. As alterações climáticas, os recursos energéticos, os desafios demográficos, a evolução da ciência, o desenvolvimento tecnológico, a comunicação “on-line”, tudo isto configura uma nova realidade que, diariamente, interpela a capacidade dos líderes mundiais e que preocupa os cidadãos. Todos queremos, afinal, descobrir a fórmula mágica para construirmos uma nova Europa social.

O PSE apelou a que o conceito de “trabalho decente” fosse introduzido na agenda internacional, para que em todo o mundo sejam defendidos os direitos dos trabalhadores e abolido o trabalho infantil.

Relativamente ao Tratado Constitucional, quando é que, no seu entender, estarão criadas as condições políticas para que se ultrapasse o estado de “stand by” em que nos encontramos? Espera algum impulso da presidência portuguesa?

Há 18 Estados-membros que já ratificaram o Tratado Constitucional. Houve dois que o rejeitaram: França e Holanda. Nos restantes, o processo está congelado. A dificuldade é: como sair deste impasse? Que fazer, no respeito pelos que disseram “não” e pelos que disseram “sim”? O consenso é difícil, mas é urgente encontrar uma saída. Uns, dizem que é inevitável alterar o texto para que possa ser, num futuro próximo, aprovado pelos Estados-membros que o rejeitaram e pelos que ainda não se pronunciaram. Outros, mais cépticos, dizem que “o tratado está morto” e que a saída é começar tudo de novo. Esta posição conflita com os direitos dos que já aprovaram, inclusive pela via referendária (Espanha e Luxemburgo), o Tratado Constitucional. A vontade dos que disseram “não” não se pode sobrepor à dos que disseram “sim”. No meio das reais dificuldades, muitas apontam as eleições europeias em 2009 com a data limite para ser encontrada uma solução. É esta a opinião da chanceler alemã Angela Merkel, presidente da União no primeiro semestre de 2007, que já se comprometeu a dar um grande impulso ao assunto, designadamente, propondo um roteiro de progresso que permita chegar a um “novo” Tratado, concertado com os Estados-membros. É natural que a presidência Portuguesa vá dar continuidade às diligências alemãs, até porque, com o novo modelo de preparação das presidências da União, os respectivos programas são preparados, em conjunto, para 18

meses em vez dos habituais seis, o que garante maior estabilidade dos projectos e condições de execução. A actual “troika” – Alemanha, Portugal e Eslovénia – trabalhou de forma articulada e solidária nas prioridades para as três presidências. Uma coisa é certa, o Tratado de Nice não é suficiente para melhorar o funcionamento das instituições europeias e permitir mais alargamentos.

A terminar, sempre foi defensora da igualdade de género. Que balanço faz das medidas que o Governo do PS tem implementado nesta área?

O balanço é muito positivo. Posso mesmo dizer que a actuação do Governo, mais concretamente do secretário de Estado Jorge Lacão, tem sido uma agradável surpresa. Pela quantidade das medidas, mas sobretudo pela qualidade. Não pretendendo ser exaustiva, vou apenas destacar dois casos emblemáticos que, por si só, são bem reveladores da determinação do Governo em combater todas as formas de discriminação.

Em primeiro lugar, a aprovação da Lei da Paridade que representa uma mudança de paradigma. Os partidos políticos, salvo raríssimas excepções, já provaram que, ao contrário do que proclamavam, não têm capacidade de auto-regulação. A experiência diz-nos que só pela via legal, pela imposição da quota, se consegue impulsionar uma maior representação feminina na vida política, indispensável à própria democracia. Se a actual composição da Assembleia da República é mais equilibrada na representação dos géneros é graças à contribuição do PS que, mercê da introdução do sistema de quotas nos seus estatutos, fez eleger um terço de mulheres nas suas listas. Sem pretender ser exaustiva, outras medidas, porém, merecem destaque.

Igualmente relevantes são as alterações legislativas aprovadas ou em curso como, por exemplo, o pacote contra a violência doméstica. A sua transformação em crime público traduzir-se-á, estou certa, numa eficaz arma de defesa da integridade física das mulheres e das crianças e mais respeito no seio da família. Acresce que a alteração legislativa foi acompanhada de formação específica dos agentes da autoridade de proximidade, no sentido de compreenderem melhor o problema e agirem em conformidade. Tudo isto representa um extraordinário salto qualitativo.

Para este ano, “ano da igualdade para todos”, e tendo em conta a presidência portuguesa da UE, haverá certamente novidades no domínio dos direitos das mulheres e da igualdade de género. Na minha qualidade de vice-presidente da Comissão para a Igualdade dos Géneros do PE, estou a acompanhar com muito interesse o que se está a fazer em Portugal e nos outros 26 países da União Europeia.

“É lamentável que, neste domínio [da IVG], Portugal presente aos olhos da Europa culta e civilizada uma imagem de país retrógrado e desumano!”

OPINIÃO



JOÃO MARCELO
Membro da Comissão
Nacional

Pela minha parte, entendo que a lei deve ser alterada (e é isto só que está em causa), porque não me parece defensável que além de todas as sanções que a mulher que aborta já tem, tal acto possa (deva) ainda ser punido criminalmente, pelo Estado

TÃO-SÓ!

O REFERENDO do próximo dia 12 de Fevereiro não se destina a saber se as portuguesas e os portugueses são ou não a favor do aborto.

Ninguém, nem sequer a mulher que aborta, ou antes, muito menos a mulher que aborta, é a favor da interrupção voluntária da gravidez.

Com toda a carga ética, moral, religiosa que acarreta, nem sequer quem a realiza, a faz sem que haja um profundo trauma, sempre psíquico e muitas vezes físico.

A pergunta também não é se as portuguesas e os portugueses acham que o direito a interromper voluntariamente a gravidez, se traduz ou não num acto de liberdade para a mulher.

A pergunta não é qual o momento em que achamos que há vida, que merece ser protegida, se há vida ou não há vida, até às dez semanas...

A pergunta não é nenhuma das muitas que os partidários do não têm posto a circular e às quais muitos de nós, poderíamos responder não.

A pergunta é apenas esta: "Acha que a mulher que aborta deve ser presa, ou acha que a lei deve ser alterada".

Isto é, se a mulher que interrompe voluntariamente uma gravidez, por tal facto, deve ou não ser criminalizada, ter contra si tudo o que o Estado tem de repressivo: polícias, tribunais, prisões...

E já vimos ilustres partidários do não, responder, em coerência, que a mulher deve ser presa, punida criminalmente. Nesse sentido, porque amplamente referido pela comunicação social, limito-me a referir apenas o Dr. Gentil Martins.

Mais complicada me parece ser a posição de outros partidários do não, que acham que a mulher nunca deve ser punida (mesmo após as dez semanas), mas são contra a alteração da lei.

Não sei se se trata de mais um apelo a que não se apliquem as leis... ou se pretendem reconduzir a punição a uma qualquer contra-ordenação. Equiparando, assim, o aborto clandestino a um excesso de velocidade em auto-estrada.

Pela minha parte, entendo que a lei deve ser alterada (e é isto só que está em causa), porque não me parece defensável que além de todas as sanções que a mulher que aborta já tem, tal acto possa (deva) ainda ser punido criminalmente, pelo Estado.

Contudo a pergunta contém ainda uma segunda questão: a poder-se interromper voluntariamente a gravidez, deve isso ser feito em estabelecimento de saúde autorizado, ou, em alternativa, conforme as posses e condições dos interessados, deve continuar no estrangeiro em estabelecimento de saúde, em clínicas clandestinas, ou em simples vãos-de-escada?

Está aqui em causa, parece-me, em primeiro lugar, um simples princípio de saúde pública e, em seu segundo lugar, uma questão de igualdade social, todos, incluindo quem para tanto não tem meios, tem direito à saúde.

Pretender que esta é a questão principal, por que se trata de saber "onde são aplicados os nossos impostos", é de uma enorme hipocrisia.

Os custos, mesmo e sobretudo em cuidados de saúde, com as consequências dos abortos clandestinos, são enormes. Não conheço nenhum partidário do não "por má aplicação do dinheiro dos impostos" que alguma vez se tenha atrevido a manifestar-se contra que, as mulheres nessas condições, pudessem ser atendidas nas urgências dos hospitais públicos.

Por todas estas razões, dos que está em causa dia 12 de Fevereiro, é tão-só o que consta da pergunta do referendo, votarei, naturalmente, sim!

OPINIÃO



MARIA MANUELA
AUGUSTO
Presidente do DNMS

A verdade é que esta lei, ao penalizar as mulheres, empurra-as para o aborto clandestino, para um negócio que a muitos interessa manter, colocando-as à mercê da denúncia, da vergonha e da culpa

O "SIM RESPONSÁVEL"

FREQUENTEMENTE, ao longo da vida, somos confrontados com situações difíceis, que não conseguimos encarar de forma leve mas que, apesar disso e por isso mesmo, nos exigem que, responsabilmente, tomemos uma posição.

O que está em causa, no próximo referendo, é uma dessas situações, à qual nenhum de nós poderá ficar indiferente. Não se pode "chutar para o canto", à espera que o problema se resolva por si, ou, pior ainda, que outros resolvam por nós.

Muito se disse, muito ainda se dirá, sobre as razões pelas quais se deve votar "não" ou "sim" no dia 11 de Fevereiro. Mas frequentemente também, a discussão tem derivado para posições filosóficas e metafísicas, semelhantes àquelas de que muitos de nós ainda se lembram quando, em 1984, a lei actual passou a despenalizar situações específicas de interrupção voluntária da gravidez.

Mas, o que o Estado e o legislador nos perguntam, neste referendo, não é se somos a favor ou contra o "aborto", nem nos interrogam sobre o início da vida humana. O que querem saber, é se o estado deve julgar e penalizar uma mulher que interrompe uma gravidez que não consegue assumir nem desejar, quando essa interrupção for feita até às dez semanas de gestação.

E esta questão coloca-se agora, de forma muito pertinente, quando todos nós temos consciência de que a lei actual é ineficaz, injusta e desajustada em face da realidade.

Uma lei, qualquer lei, deve fazer sentido, de acordo com o nosso senso comum. Deve conter, em si mesma, o valor da justiça, a razão crucial para ser respeitada e levada a sério por cidadãos e cidadãs.

A verdade é que esta lei, ao penalizar as mulheres, empurra-as para o aborto clandestino, para um negócio que a muitos interessa manter, colocando-as à mercê da denúncia, da vergonha e da culpa.

Por isso, temos mesmo que tomar uma posição e decidir como vamos votar no próximo dia 11 de Fevereiro.

Se votarmos não, tudo ficará como está.

Algumas mulheres, com condições económicas para o fazer, irão a Espanha, a Inglaterra, ou a outro país onde há muitos anos a lei já mudou, e poderão interromper uma gravidez indesejada sem medo, sem risco para a sua saúde, sem que se saiba, sem exposição pública da sua íntima decisão.

Outras, porventura as mais pobres ou desprotegidas, ficam sujeitas a tudo o que a clandestinidade comporta. Desde logo, a procura desesperada de alguém que conhece alguém que "o faz" em condições nem sempre seguras, tantas vezes danosas para o seu futuro.

Depois, é preciso encontrar a forma de poder pagar... e o tempo vai passando, não pára.

Tantas vezes, são agarradas à saída desses lugares clandestinos, levadas à força para um hospital onde, sem qualquer mandato ou pudor, são obrigadas a fazer exames ginecológicos que possam condená-las.

Não são só as grades de uma prisão que condenam estas mulheres. Sujeitas a julgamentos,

a lei pode, de facto, puni-las com uma pena que pode chegar aos três anos de prisão. Estas mulheres têm ficado sujeitas à tolerância de juizes "benevolentes", que não concordando com a pena, não a aplicam.

Mas a humilhação na praça pública, a devassa da intimidade destas mulheres e das suas famílias constituiu já uma terrível e irreparável condenação.

Se votarmos "sim", estamos, de facto, a dizer que não pactuamos mais com esta injustiça, com esta desigualdade social, com estes riscos para a vida e para a saúde sexual e reprodutiva das mulheres, nem com aquilo que é, afinal, a verdadeira "liberalização do aborto".

Com esta lei actual, que promove a clandestinidade, quem de nós pode afirmar, com segurança, quantos são os abortos que, na realidade, se fazem, com quantas semanas de gestação, com que riscos e danos para a mulher?

O que todos sabemos e sentimos é que conhecemos muitos casos, mais do que quereríamos conhecer... por isso é urgente mudar esta lei, que já não cumpre a sua função.

No próximo dia 11 de Fevereiro, o Estado, o legislador, perguntam-nos se queremos manter ou mudar esta hipocrisia. O que está em discussão, o que nos é pedido, tem a ver com justiça, em face de problemas sociais e de saúde pública. É, pois, inevitavelmente uma questão política, porque é pela intervenção cívica e pela democracia que somos chamadas e chamados a decidir.

Queremos continuar a condenar e, portanto, a penalizar uma mulher que, em situação certamente muito difícil, decide interromper uma gravidez até às dez semanas de gestação?

Se não queremos penalizar qualquer mulher nestas condições, não podemos ficar pelas meias tintas. Temos mesmo que decidir a favor da alteração da actual lei.

Um país que se respeita e que se quer respeitado não pode ter leis para "se fazer de conta" que são para cumprir.

Não consigo descortinar como se pode proibir, não proibindo.

Por tudo isto, no dia 11 de Fevereiro, não poderei abster-me de tomar uma posição.

Voto "sim", porque me recuso a ignorar o que se passa na nossa sociedade, quando as mulheres que decidem interromper uma gravidez que não podem, não conseguem, ou não têm condições para assumir, são empurradas para o aborto clandestino.

Voto "sim", porque entendo que essas mulheres devem poder decidir sem medo, sem coacções e sem risco, como fazem outras mulheres nos países que partilham os nossos valores civilizacionais.

Voto "sim", para que as mulheres que queiram interromper uma gravidez, até às dez semanas, possam ser aconselhadas por técnicos de saúde que as ajudem a ponderar a sua decisão.

Voto "sim", para que as mulheres que enfrentam esta dura decisão sejam acompanhadas na escolha do seu planeamento familiar, de modo a que possam prevenir e evitar confrontarem-se novamente com tão difícil situação.

Voto "sim", porque um filho tem o direito de ser desejado.

Siga a campanha do PS em

www.ps.pt

PS mobilizado e unido na campanha pelo “sim”

PLENÁRIOS DE MILITANTES

Os militantes do partido têm vindo a ser mobilizados na campanha pelo “sim” no referendo sobre a IVG. Um pouco por todo o país, os dirigentes do partido têm dado o seu melhor na explicação das razões que levam o nosso partido a estar do lado dos que defendem a necessidade de se acabar com o flagelo do aborto clandestino e com as penas de prisão para as mulheres que o praticam.

Castelo Branco PS tem uma posição clara

Em Castelo Branco, num jantar promovido pela Federação local socialista, que reuniu cerca de 400 militantes e simpatizantes, Edite Estrela afirmou que a posição do PS a favor da interrupção voluntária da gravidez (IVG) no referendo de 11 de Fevereiro, representa diferenças óbvias em relação a 1998.

“Parece-me óbvio que há uma diferença: o PS tem uma posição oficial e a direcção é favorável ao ‘sim’”, disse a eurodeputada e dirigente socialista. Outra “diferença óbvia”, acrescentou, é o partido “ter tomado a iniciativa de promover o referendo”.

“Está no programa eleitoral e o PS tem uma posição clara favorável ao ‘sim’, não é uma posição neutra”.

Edite Estrela apontou outra diferença em relação aos militantes do ‘sim’, relativamente à consulta popular sobre a IVG realizada em 1998, esta centrada sobre a bancada do PSD na Assembleia da República.

“Basta olhar para a bancada do PSD para se ver que há um número muito significativo, quase metade da bancada, que é favorável ao ‘sim’. O que não aconteceu no passado, foram apenas três”, disse.

Confrontada com eventuais consequências políticas decorrentes do referendo de 11 de Fevereiro, a presidente da delegação portuguesa do grupo socialista no Parlamento Europeu, assumiu que existirá “naturalmente” uma leitura política dos resultados.

“Tendo em conta que o PS foi o grande promotor da realização do referendo e que os seus dirigentes estão envolvidos na campanha a defender o ‘sim’, naturalmente que haverá uma leitura política dos resultados”, afirmou.

Coimbra IVG é uma questão de intimidade e consciência

António Costa defendeu, em Coimbra, a interrupção volun-

tária da gravidez como forma de combater o aborto clandestino e acabar com as penas de prisão para as mulheres.

Intervindo no dia 19, num plenário de militantes sobre a despenalização voluntária da gravidez, na delegação do Instituto Português da Juventude, o dirigente socialista afirmou que esta é uma questão de “intimidade e consciência, onde o poder público não se deve intrometer”.

António Costa defendeu o voto no sim, no referendo de 11 de Fevereiro, para que a lei seja alterada e evite que decisões de consciências sejam criminalizadas.

“Não podemos criminalizar questões da consciência política, religiosa ou ética. São decisões íntimas e individuais de cada um, que o Estado deve escrupulosamente respeitar e não se intrometer”, frisou o dirigente socialista.

Perante cerca de 150 militantes presentes no auditório, António Costa disse que “o que está em discussão neste referendo é saber se a IVG deve ser crime ou não, se deve ser aplicada pena de prisão ou não”.

O dirigente socialista lembrou que a actual lei “nunca protegeu o direito à vida, nem impediu quem quer que seja de realizar o aborto”, já que, frisou, “o único efeito que tem tido é condenar à clandestinidade quem tem de recorrer à interrupção voluntária”.

António Costa referiu que a actual lei “tem um efeito perverso: não só não garante o direito à vida, como estraga a vida de quem tem de recorrer à interrupção”, acrescentando que a aplicação da pena de prisão nunca pode ser “a melhor forma ou a boa forma desejada de tratar alguém que recorreu à IVG”.

O dirigente nacional apelou ainda à mobilização dos militantes socialistas, alertando que a baixa participação na consulta popular de 11 de Fevereiro pode “colocar em causa o futuro do instituto do referendo em Portugal”.

“Este é o terceiro referendo que Portugal vai ter. Nos outros dois



verificaram-se taxas de participação muito baixas. É importante que as pessoas participem para afirmar este mecanismo de participação democrática dos cidadãos na vida política”, referiu.

António Costa garantiu ainda que o Governo não irá ignorar os resultados do referendo. “Não podemos fingir que ignoraremos os resultados. Não vamos fazer isso. Se o sim ganhar alteraremos a lei, se o não ganhar não alteraremos a lei”, disse.

Belém/Lisboa Razões políticas, sociais, jurídicas e médicas para o “sim”

No referendo de 11 de Fevereiro, o “grande adversário” é a abstenção, alertaram no dia 16 os deputados socialistas Ana Catarina Mendes e Pedro Nuno Santos, durante o debate subordinado ao tema “IVG: cinco razões para votar ‘sim’”, promovido pelas secções do PS de Belém, Alcântara e Ajuda, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pólo de Monsanto, em Lisboa.

Nesta iniciativa, onde foram apresentados os argumentos políticos, sociais, jurídicos e médicos para o voto no “sim”, Ana Catarina Mendes afirmou que “não ficar em casa no dia da votação significará um passo e uma marca constitucional na conquista de um novo direito em Portugal”, ou seja, explicou, impedir que alguém “possa ser sujeito a julgamentos e condenações”, mas também com a “liberdade individual” de optar por uma maternidade consciente.

Por sua vez, Pedro Nuno Santos disse que “a abstenção é votar não”,

recordando que nem no referendo de há oito anos, nem na consulta popular agendada para 11 de Fevereiro houve sondagens a darem a vitória ao “não”.

“Temos poucas dúvidas de que a maioria da sociedade portuguesa é a favor da despenalização”, disse, acrescentando que, por isso, o “grande desafio é conseguir mobilizar” as pessoas para votarem.

O também líder da JS frisou que, em caso de nova vitória do “não”, a lei actual, que ao longo dos anos, resultou no julgamento de mulheres e seus companheiros, de parteiras e de médicos, sairia “mais legitimada”.

Já o secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira, afirmou que a pergunta a referendar “é uma questão de política legislativa e criminal e não uma questão constitucional”. E lembrou, a propósito, que o Tribunal Constitucional já referiu que a IVG “não é inconstitucional”.

Teresa Fragoso, responsável pela igualdade de género no gabinete do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, sublinhou que “o problema social do aborto clandestino afecta mais as mulheres mais desfavorecidas”, e que a actual situação “promove a desigualdade”.

Vasco Freire, do movimento Médicos pela Escolha, lembrou que “o aborto clandestino ainda mata” e deixa “sequelas e complicações graves”, sustentando que a despenalização da IVG, acompanhada por um investimento em educação sexual e planeamento familiar, “acabará por reduzir, a longo prazo, o número de abortos e torná-los cada vez mais precoces e raros”.

Leiria Os perigos da abstenção

Os riscos da abstenção no referendo de 11 de Fevereiro dominaram grande parte da intervenção do ministro da Presidência e dirigente socialista, Pedro Silva Pereira, no cinetatro de Pombal, no plenário de militantes da Federação de Leiria, realizado no passado dia 15, no âmbito da campanha do PS a favor da despenalização da IVG.

“Devemos votar todos, a começar pelos mais jovens. É necessário que eles sintam a necessidade de participarem num problema que também é deles”, disse, alertando para os perigos da abstenção.

Na sua intervenção, Pedro Silva Pereira criticou a lei em vigor, sustentando que “a história prova que a lei que temos não defende a vida eficazmente”. E, acrescentou, “pelo facto de remeter o aborto para a clandestinidade está a impedir a sociedade de tomar outras medidas, até para levarem mulheres a tomarem outras decisões que não seja a interrupção voluntária da gravidez”.

Barreiro PS está a cumprir um compromisso eleitoral

No primeiro plenário de militantes do referendo sobre a despenalização da IVG, que decorreu no Barreiro, no dia 13, os dirigentes do PS Edite Estrela e Jorge Coelho afirmaram estar convictos na vitória do “sim” na consulta popular de 11 de Fevereiro.

“Estamos convictos da força dos nossos argumentos e acreditamos numa escolha conscien- ▶▶▶

OPINIÃO



CELESTE CORREIA
Deputada do PS

É hoje bastante claro que a integração dos imigrantes e o controlo dos fluxos migratórios são conceitos que se interligam cada vez mais

A LEI DA IMIGRAÇÃO – 15 ANOS DEPOIS

QUINZE anos depois de ter apresentado, no início da VI legislatura, os projectos de lei n.º 1/VI, 2/VI e 3/VI que pretendiam lançar já nessa altura as primeiras bases de uma política integrada de imigração, o então deputado e agora ministro de Estado e da Administração Interna recusava “uma libertinagem fronteiriça, bem como impor ou permitir a regularização de todos os ilegais, ameaçar a segurança dos portugueses e a ordem pública, nem pôr em causa as obrigações de Portugal no quadro comunitário ou das suas relações internacionais”.

Quinze anos depois, ao apresentar na Assembleia da República, nesta sessão legislativa, uma iniciativa respeitante à alteração de um novo regime jurídico de entrada, saída, permanência e afastamento de estrangeiros do território nacional, António Costa voltou a afirmar o respeito escrupuloso pelos direitos humanos e pela integridade da pessoa humana e rejeitar “o efeito de chamada que uma política de regularizações extraordinárias periódicas ocasionaria”.

Além disso, na esteira do primeiro-ministro, José Sócrates, António Costa reafirmou a intenção de colocar a da questão da integração dos imigrantes



no centro do debate europeu durante a presidência portuguesa do Conselho.

A iniciativa do PS, entre outros aspectos positivos, facilita o reagrupamento familiar, desburocratiza e simplifica a tipologia dos vistos; concede a autorização de residência a cidadão estrangeiro que seja ou tenha sido vítima de infracções penais ligadas ao tráfico de pessoas ou ao auxílio à imigração ilegal; concede a autorização de residência para os menores nascidos em Portugal que se encontrem a frequentar qualquer nível de educação não superior; possibilita a obtenção, em certas circunstâncias, de uma autorização de residência aos imigrantes que tenham entrado e se encontrem legalmente em Portugal, mesmo sem visto de residência; facilita a obtenção, por um estrangeiro, de um visto de residência quando disponha de qualificações adequadas e tenha obtido uma manifestação individualizada de interesse de entidade patronal.

É hoje bastante claro que a integração dos imigrantes e o controlo dos fluxos migratórios são conceitos que se interligam cada vez mais.

Quando se combate a burocracia que inferniza a vida de imigrante no dia-a-dia, quando se alarga o direito ao reagrupamento familiar, quando se envolvem as autarquias na renovação dos títulos de residência, quando se cria o estatuto de residente de longa duração, estamos a agir para integrar, estamos a trabalhar para a inclusão.

Esse é o caminho proposto pelo PS nesta iniciativa.

Conjugada com a nova Lei da Nacionalidade, e com a revisão do Código Penal que vai reforçar o combate ao tráfico de seres humanos e penalizar clientes de vítimas do tráfico de seres humanos para efeitos sexuais, o Governo vem, paulatina e determinadamente a apresentar uma política de imigração coerente e integrada e a sinalizar uma mensagem de tolerância, de equilíbrio e de bom senso relativamente às questões da imigração.

São iniciativas que honram o Governo, a sua maioria parlamentar e honram a história do PS.



▶▶▶ te dos portugueses para resolver o problema onde todo o partido está envolvido e que diz respeito a homens e mulheres”, disse Edite Estrela, presidente da delegação portuguesa do grupo socialista no Parlamento Europeu.

Tanto Edite Estrela como Jorge Coelho, que falavam no salão nobre dos Bombeiros Voluntários do Barreiro, destacaram o facto do PS estar a cumprir um “compromisso eleitoral prometido” com a marcação do referendo.

Edite Estrela afirmou que o “sim” tem de vencer por uma questão de justiça, sublinhando que apenas em mais três países da União Europeia não é permitida a IVG até às 12 semanas.

“Os países mais desenvolvidos são os que têm leis menos restritivas e é nos países onde as leis são mais restritivas que a taxa de aborto é mais elevada. Portugal está na cauda da Europa neste quadro”, referiu.

A eurodeputada socialista disse que o próprio instituto do referendo pode estar em causa se nesta terceira tentativa de ouvir as pessoas, os resultados não forem satisfatórios, numa alusão à fraca participação nos dois referendos anteriores realizados em Portugal.

Edite Estrela lembrou que em Portugal já existem excepções no Código Penal que permitem a IVG, como a violação, má formação do feto ou perigo de vida para a mãe e que o objectivo do “sim” é “colocar mais uma excepção”.

Referindo que o PS pretende uma alteração da lei de forma a acabar com os “milhares de abortos clandestinos”, a eurodeputada socialista lembrou que as mulheres “que têm poder económico vão a Espanha fazer um aborto, enquanto as que não têm sujeitam-se a condições degradantes para o fazer”.

Já o camarada Jorge Coelho

classificou a situação actual de “hipócrita”, rejeitando os ataques de quem acredita que ao votar “sim” estão a pôr em causa a vida.

“Os que levantam o dogma da vida na questão da IVG são os mesmos que eram contra a utilização da pílula e do preservativo”, acusou, afirmando que “o país sabe que existem milhares de mulheres que fazem aborto em condições impróprias”.

Jorge Coelho garantiu que ninguém do PS é a favor do aborto, salientando que a gravidez “deve sempre ser desejada”.

“Tudo é clandestino e tudo é permitido. Se é crime devem ser punidas e não há nenhuma mulher presa em Portugal. Temos que acabar com a hipocrisia e as condições degradantes”, disse.

Jorge Coelho reafirmou que o PS é “oficialmente a favor do ‘sim’”, apesar de serem respeitados os camaradas “com uma posição diferente”.

TENDÊNCIA SINDICAL SOCIALISTA APOIA O “SIM” NO REFERENDO

A TENDÊNCIA Sindical Socialista (TSS) decidiu apoiar o “sim” no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Em comunicado assinado por João Proença, o Secretariado da TSS afirma que “respeita todas as posições individuais”, mas “assume claramente” o “sim” porque não quer o “aborto clandestino”, não quer a “humilhação das mulheres que se viram forçadas a abortar” e respeita “uma decisão dramática”, que deseja que seja “inteiramente responsável”, quando as mulheres e os casais “são obrigados a optar por tal decisão”.

Os sindicalistas socialistas consideram ainda que legalizar a interrupção voluntária da gravidez “reforça a responsabilidade e diminui o número de abortos em Portugal” e sublinham que são “particularmente



sensíveis aos problemas das mulheres/famílias de menores recursos, que não podem recorrer a clínicas especializadas no estrangeiro”.

Para a TSS, “o que está em causa é introduzir, no artigo sobre o aborto no Código Penal, uma nova alínea que torne legal a interrupção voluntária da gravidez quando feita até às dez semanas em estabelecimento autorizado para o efeito”.

Os sindicalistas socialistas não querem que continue a situação

actual “que pela sua violência para com as mulheres forçadas a abortar, leva os próprios partidários do não a defender a não penalização da mulher, em violação da própria lei. E por isso queremos a alteração da lei”.

A TSS apela ainda a todos os trabalhadores para que no dia 11 de Fevereiro, independentemente da sua opção, exerçam o seu direito de voto.

Lei das Finanças Locais abre novo ciclo na administração do Estado

A MAIS significativa reestruturação da administração interna do Estado português nos últimos anos nasceu com a nova Lei das Finanças Locais. Esta a pedra de toque da declaração política que o deputado socialista Miranda Calha fez, recentemente, na Assembleia da República.

Depois de lembrar que o diploma em questão foi sujeito a uma ampla detecção de alegadas inconstitucionalidades e/ou ilegalidades, o parlamentar socialista venceu que todos os obstáculos, mesmo os apresentados como “inultrapassáveis” pela bancada do principal partido da oposição, foram ultrapassados.

Esta lei – frisou – “viu a luz do dia rodeada do conforto de duas importantes decisões convalidadoras da sua plena legitimidade: a do Tribunal Constitucional e a do Presidente da República”.

Após passar em revista os grandes princípios orientadores aos quais se subordina a nova Lei das Finanças Locais, Miranda Calha afirmou que o diploma constitui “um reforço da autonomia” a este nível administrativo, uma vez que são reforçados os poderes tributários dos municípios e são ainda alargadas e descentralizadas as competências das autarquias em sectores como a Saúde, Educação e Acção Social.



Assim, segundo o deputado socialista, trata-se de “um processo importante a desenvolver, no diálogo com entres as respectivas instituições”.

Convicto de que os sinais de retoma económica em Portugal apontam já para 2008, Miranda Calha considerou que, concluída a primeira fase que nos permitiu atingir o patamar da maturidade e que implicou a consolidação democrática, o lançamento de projectos e a concretização de vastíssimos programas de infra-estruturação, “estamos agora na etapa de assunção de novos desafios no âmbito do desenvolvimento económico e social”.

Ao salientar que “tudo isto tem a ver com a evolução positiva do país e das melhores condições e qualidade de vida dos portugueses”, o deputado concluiu exprimindo a sua confiança no rumo traçado pelo PS para Portugal: “Estamos de facto no bom caminho”. **M.R.**

Socialistas têm projecto para transformar o Sardoal num concelho moderno

CRÍTICAS à gestão casuística e falta de ambição da Câmara do Sardoal, de maioria laranja, marcaram a reunião de cerca de 70 militantes e simpatizantes socialistas que fizeram o balanço da actividade dos eleitos autárquicos pelo PS em 2006 e perspectivaram a estratégia política para 2007 para o concelho.

Paulo Fonseca, governador civil de Santarém, salientou o “sentido de responsabilidade” dos eleitos pelo PS no concelho do Sardoal, que se traduz na capacidade de “estar ao lado do adversário quando os projectos são bons para o concelho”, mas também na “denúncia de uma forma exaustiva quando as propostas são más”. E disse estar convicto de que esta equipa será “capaz de transformar o Sardoal num concelho moderno e ambicioso, onde não haverá cidadãos de primeira e de segunda”.

Fernando Morais, cabeça de lista do PS nas últimas eleições autárquicas, assinalou o excelente trabalho que, ao longo do último ano, tem sido feito pelos socialistas eleitos no Sardoal, na vereação autárquica, nas assembleias de freguesia e na assembleia municipal.

Quanto às funções de vereação que, juntamente com Pedro Duque, tem desempenhado, Fernando Morais deu conta de dois sentimentos. Por um lado, um sentimento de dever cumprido, já que “o tempo, o conhecimento e o estudo permanente dos assuntos revelam que a nossa participação nas reuniões do Executivo é real, é objectiva e é responsável”, e, por outro, um sentimento de revolta e de impotência, porque “sentimos que outros não estão interessados nas nossas propostas e nos resultados dos nossos estudos, mesmo que



eles se apresentem inquestionáveis”, disse.

O vereador criticou ainda a actual gestão do município do Sardoal e a sua “política que se alicerça no princípio único de que os meios justificam os fins”.

Já Fernando Vasco, cabeça-de-lista pelo PS à Assembleia Municipal nas últimas eleições autárquicas e presidente da Concelhia do partido, considerou que o ano de 2006 foi, para o Sardoal, “o ano da continuidade da rotina, da ausência total de projectos, dos orçamentos fantasiosos, da continuidade do endividamento, da ausência de políticas sociais, da ausência de políticas de favorecimento dos mais carenciados, nomeadamente os idosos”. Para além de uma política que conduz ao agravamento do défice, Fernando Vasco criticou o actual Executivo do Sardoal pela falta de políticas de saber e de inovação capazes de dotar os jovens do concelho de ferramentas iguais às proporcionadas por outros municípios.

“A inabilidade, o facilitismo e à falta de ambição” do actual Executivo não só tiveram implicações no passado como podem vir a ter novas consequências negativas para o futuro do Sardoal.

OPINIÃO



HORÁCIO ANTUNES
Deputado do PS

É imperioso continuar a reforçar o sistema de protecção civil em Portugal, aumentando o nível de profissionalização de todos os seus agentes

A PROBLEMÁTICA DOS FOGOS FLORESTAIS

O GOVERNO apresentou no final de 2005, após um ano complicado de incêndios florestais, um conjunto de acções concretas nos domínios da prevenção e combate, que permitiu identificar responsáveis pelas áreas-chave na Defesa da Floresta Contra Incêndios. A Direcção-Geral dos Recursos Florestais na coordenação da prevenção estrutural, Guarda Nacional Republicana na coordenação da fiscalização, vigilância e detecção e o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil na responsabilidade do combate aos incêndios florestais.

Fruto dessas mediadas do Governo, foi possível em 2006, num ano que deve ser encarado de transição, inverter o ciclo devastador dos incêndios florestais em Portugal.

O registo apurado de 75 mil hectares e área ardida (que corresponde a 1/3 da área ardida em média nos últimos cinco anos) não é resultado da meteorologia mas sim consequência da determinação e empenho dos homens e mulheres que integram a Força Operacional Conjunta, que pela primeira vez integrou em articulação meios dos bombeiros e de outras entidades tais como sapadores florestais, sapadores da AFOCELCA, meios do ICN e das Forças Armadas.

Este esforço de articulação e optimização dos meios foi um aspecto relevante da nova política de Defesa da Floresta Contra Incêndios, política que pela primeira vez tem um rumo, rumo esse definido em termos operacionais pela Directiva Operacional do SNBPC e no domínio do planeamento pelo Plano Nacional de DFCI, aprovado em Conselho de Ministros em Maio.

É claro que incêndios da dimensão daqueles ocorridos no Parque Nacional da Peneda-Gêres ou na Serra d'Ossa constituem motivo de preocupação, tal como o trágico acidente de Famalicão da Serra.

É claro que a sensibilização e informação da população tem de ser mais trabalhada.

O sistema e vigilância e detecção tem de ser melhorado. A participação das forças armadas tem de ser revista. A profissionalização da protecção civil tem de prosseguir.

Mas, todas estas fragilidades estão, e bem, identificadas na análise apresentada no Relatório e são merecedoras de reparo ao Governo. Temos consciência de que o caminho que o Governo traçou é o correcto, mas tem de ser percorrido etapa a etapa e, nesse percurso, o ano de 2007 adivinha-se como um ano decisivo para a consolidação das medidas propostas e sobretudo do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado no decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de Junho.

Importa, pois, prosseguir a

acção de fiscalização por parte da Assembleia da República, como oportunamente é sugerido no relatório. A renovação do mandato desta Comissão Eventual ou a criação de uma solução alternativa, no curto prazo, que permita prosseguir o acompanhamento da Política Nacional de DFCI e a sustentabilidade das medidas adoptadas pelo Governo é fundamental para que todo o trabalho desenvolvido pela Comissão Eventual para os Fogos Florestais não fique incompleto.

Estamos conscientes de que ainda existe um longo caminho a percorrer, sobretudo quando os cenários das alterações climáticas indicam um agravamento das condições de risco de incêndio.

É essencial prosseguir na formação de campanhas que contrariem os comportamentos de risco durante o período crítico, designadamente o lançamento de foguetes e a queima de sobrantes da actividade agrícola e florestal.

Reforçar as equipas de sapadores florestais, de criação de mais portos de vigia e de fornecimento de equipamentos necessários ao combate dos fogos florestais e aportar numa política de gestão dos combustíveis com recurso à técnica do fogo controlado.

Reforçar, também, os meios de coordenação da vigilância e detecção da GNR e avançar com a vigilância electrónica.

A sensibilização dos autarcas para a promoção da gestão e ordenamento do espaço rural e para a dinamização das Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra incêndios, ultimando os Planos Operacionais Municipais.

Consolidar o ordenamento florestal e alegar a prática da gestão activa da floresta, constituindo as ZIF's (Zonas de Intervenção Florestal) integrando os proprietários florestais.

É imperioso continuar a reforçar o sistema de protecção civil em Portugal, aumentando o nível de profissionalização de todos os seus agentes.

É importante a manutenção da estabilidade do processo legislativo, das políticas estruturais e do dispositivo integrado de defesa da floresta contra os incêndios.

Acresce ainda a necessidade já manifestada no primeiro relatório, em Julho de 2006, de um comando único para a coordenação prevenção e combate dos fogos florestais, a partir do sistema tripartido expresso no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Estamos certos que o caminho é difícil e as dificuldades enormes mas, vemos com optimismo a concretização das políticas aprovadas e empreendidas por este Governo, sendo certo que todas as forças no terreno se mostram cada vez mais empenhadas.

QREN: novos fundos comunitários vão qualificar os portugueses

Mais selectividade e escolhas políticas rigorosas, na aplicação dos cerca de 21,5 mil milhões de euros de fundos comunitários a aplicar em Portugal até 2013, foram as garantias deixadas pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na apresentação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

RUI SOLANO DE ALMEIDA

NA OPINIÃO de José Sócrates, está na altura de o país deixar de olhar para trás, “abandonar uma cultura de passado”, como referiu, “em que se apoiava tudo o que cabia no Orçamento” para passar a fazer escolhas mais elaboradas, “onde só os projectos de indiscutível impacto na nossa economia e na sociedade possam ser apoiados”.

É dentro deste espírito que o primeiro-ministro elegeu a área da qualificação dos recursos humanos, educação e formação, como a prioridade na gestão dos fundos europeus, sectores para onde serão canalizados perto de dez mil milhões de euros.

O QREN que o Governo entregou em Bruxelas esquematiza as prioridades do Executivo português no que respeita às áreas a apoiar, determinando as três principais agendas temáticas: a qualificação dos portugueses, “valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação”, a competitividade, de forma a “estimular a qualificação do tecido produtivo” e a valorização do território, “para o reforço da coesão económica e social”.

Segundo José Sócrates, nos próximos sete anos, o Estado prevê investir na economia portuguesa, na sociedade e no território nacional mais de 44 mil milhões de euros, sendo que 21,5 mil milhões de euros serão recursos provenientes dos fundos comunitários, enquanto que a contrapartida nacional será garantida em quase dois terços pelo sector privado.

As verbas a aplicar nos três programas operacionais e nos sete regionais serão apoiadas em 48 por cento pelos fundos estruturais da União Europeia, e em 52 por cento por investimentos a realizar por agentes económicos portugueses.

O investimento público a aplicar no âmbito do QREN para o período de 2007/2013 será de cerca de 7674 mil milhões de euros, enquanto o sector privado

ficará com a responsabilidade de um investimento que rondará os 14.964 mil milhões de euros.

No total, como lembrou o primeiro-ministro, o sector privado contribuirá com mais ou menos um terço do investimento dos perto de 45 mil milhões de euros previstos.

Formação dos portugueses

O Governo quer que este novo quadro de apoio ao desenvolvimento do país privilegie sobretudo a formação dos portugueses.

No âmbito do programa operacional Potencial Humano, que receberá perto de 8867 mil milhões de euros, o Executivo prevê poder aumentar a qualificação dos portugueses, quer através de uma verdadeira aposta na melhoria do sistema de ensino, como seja, por exemplo, o recurso sustentado da via profissionalizante, quer através da dupla certificação. Neste programa é ainda contemplado, e como sector a merecer particular destaque, o apoio ao empreendedorismo.

De facto, a qualificação dos portugueses, área que receberá cerca de 37 por cento dos fundos estruturais, representará, no âmbito do QREN para 2007/2013, um novo paradigma na gestão dos dinheiros comunitários.

Com efeito, a agenda para o Potencial Humano, que visa dar mais qualificações aos portugueses, terá um programa que, recorrendo ao Fundo Social Europeu, vai não só financiar a via profissionalizante do ensino secundário, até ao 12º ano, como apoiará igualmente a aquisição de competências certificadas dos adultos.

Neste caso, atribui-se particular importância ao chamado programa ‘Novas Oportunidades’ (ver entrevista, a este propósito, com o secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Fernando Medina – “AS” de 30 de Outubro de 2006), que, prestes a entrar em velocidade de cruzeiro,

tem vindo a contribuir para a qualificação de muitos jovens e adultos, e que na perspectiva do Governo, com a entrada em vigor dos novos dispositivos de ajuda por parte da União Europeia no âmbito do QREN, ajudará a contribuir para um reforço desta iniciativa.

Vida nova

Estabelecidas as três áreas prioritárias de investimento, potencial humano, competitividade e valorização territorial, o Governo prepara-se agora para modificar e alterar a filosofia e os métodos como foram geridos os fundos comunitários até aqui.

Recorde-se que no último Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) para o período de 2000 a 2006, o panorama apresentava um ambiente bastante distinto, uma vez que, por exemplo, a programação estabelecida determinava que dos 42,2 mil milhões de euros, verba então atribuída a Portugal pelos fundos da UE, 12,3 mil milhões ficariam a cargo do Estado português e apenas cerca de 9,4 mil milhões de euros (22,2 por cento) seriam da responsabilidade



do sector privado.

Com o QREN para o período de 2007/2013 o cenário é agora substancialmente alterado passando os privados a terem um contributo que será cerca do dobro do que caberá ao sector público.

A justificação para esta alteração, que o primeiro-ministro considera constituir um passo de grande significado político, tem muito a ver com o peso que o sector empresarial irá desempenhar no âmbito deste quadro comunitário, responsabilizando-se

agora por uma maior participação no investimento, sobretudo nas redes e nos equipamentos estruturais.

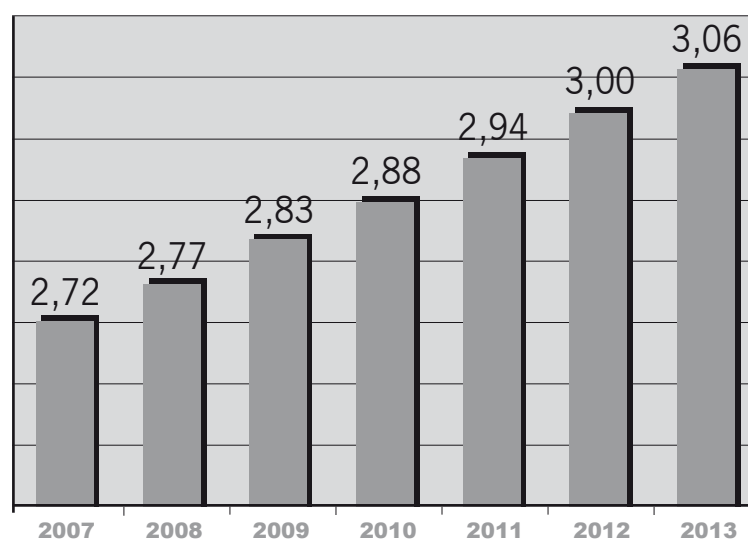
Com efeito, no âmbito do Programa Operacional da Valorização do Território, um dos eixos principais para onde os fundos comunitários serão prioritariamente canalizados, o investimento privado será determinante para o avanço e concretização de um conjunto de iniciativas de grande significado para o país que o Governo quer realizar.

Estão neste caso as infra-estruturas ligadas ao sector dos transportes que o Executivo de José Sócrates espera concretizar com o auxílio dos fundos estruturais e para as quais serão canalizados investimentos de perto de 13,8 mil milhões de euros, sendo que 10,4 mil milhões, mais de 75 por cento, serão verbas com origem no sector privado português.

Neste pacote estão incluídos, para além do novo aeroporto internacional de Lisboa, a localizar na Ota, também o comboio de alta velocidade, iniciativas que desempenharão, na perspectiva do primeiro-ministro, e como não deixou sublinhar na apresentação do Quadro de Referência Estratégico Nacional, “um importante papel na parceria público-privado”.

Para José Sócrates, à proliferação na gestão dos Programas

EVOLUÇÃO QREN (Milhões de euros)





Operacionais, prática seguida até agora, contraporá o Governo agora uma nova perspectiva introduzindo um método alternativo que consistirá num programa próprio para cada uma das agendas temáticas.

Programas regionais

Uma das áreas contempladas com o novo QREN visa a competitividade regional, a valorização do território e a qualidade de vida, através do desenvolvimento de projectos estruturantes, capazes de dotar as regiões com novas políticas e com novos métodos de gestão das cidades.

O Programa Operacional para as regiões prevê que a zona Norte, venha a ser a mais beneficiada, uma vez que receberá cerca de 2,71 mil milhões de euros, sendo a região Centro beneficiada com perto de 1,7 mil milhões, o Alentejo com 868 mil milhões de euros, Lisboa e Vale do Tejo, com cerca de 306 mil milhões, o Algarve com 174 mil milhões de euros, os Açores com 1,16 mil milhões e a da Madeira com aproximadamente 445 mil milhões de euros.

Dos cerca de 45 mil milhões de euros no âmbito deste novo quadro de ajudas provenientes dos fundos comunitários e da respectiva comparticipação nacional, os programas operacionais temáticos receberão para o factor da competitividade, perto de 3103 mil milhões de euros da UE e 2406 de parte nacional.

Quanto ao sector dirigido ao potencial humano, as verbas comunitárias serão de 6146 mil milhões de euros, enquanto a contrapartida nacional rondará os 2720 mil milhões. Finalmente, no que respeita à valorização do território, as verbas da União Europeia rondarão 4658 mil milhões de euros, sendo a comparticipação portuguesa na ordem dos 12.955 mil milhões de euros.

Segundo o Governo, as verbas oriundas dos Planos Operacionais vão destinar-se sobretudo ao financiamento de equipamentos de âmbito regional, como sejam o saneamento básico, saúde, educação e cultura.

Quanto à agenda para a Valorização do Território, ela terá uma incidência especial na valorização do ambiente e nas infra-estruturas, sempre com o objectivo de garantir, como referiu o primeiro-ministro, uma maior coesão em todo o território nacional.

As dez prioridades

São dez as medidas principais do Governo para os próximos sete anos no âmbito da aplicação do QREN.

Desde logo, preparar os jovens para o futuro modernizando o sistema de ensino, algo que se alcançará, na perspectiva do Governo, através da proliferação de cursos profissionalizantes, forma-

ção certificada e infra-estruturas de qualidade.

Um segundo aspecto, não menos importante, liga-se à necessária qualificação dos trabalhadores tendo em vista, não só abrir o seu leque de possibilidades para uma maior inserção no mercado de trabalho, mas igualmente ajudando à modernização da economia portuguesa, facto que não deixará de promover o emprego qualificado.

Um outro caminho a seguir, prende-se com o investimento em mais ciência e tecnologia, dando cada vez mais importância ao Plano Tecnológico, reforçando o sistema científico e tecnológico nacional e canalizando inovação para as empresas.

Como quarto objectivo está a necessidade de reforçar a inovação nas empresas e a sua internacionalização, algo que o Governo pretende alcançar através de incentivos à I&D, à inovação do sistema produtivo e à qualificação das PME (pequenas e médias empresas).

Outra das prioridades tem a ver com a necessária modernização do Estado, de modo a que se obtenha uma efectiva redução dos seus custos, algo que terá que passar pela simplificação dos processos na Administração Pública, nomeadamente introduzindo o chamado governo electrónico, de forma a otimizar o atendimento às empresas e aos cidadãos.

Reforçar a inserção do país no espaço europeu e global é outra das prioridades, objectivo que se alcançará, segundo o Governo, através da integração na rede transeuropeia de alta velocidade ferroviária, mas também desenvolvendo uma rede de plataformas logísticas e apostando no novo aeroporto de Lisboa.

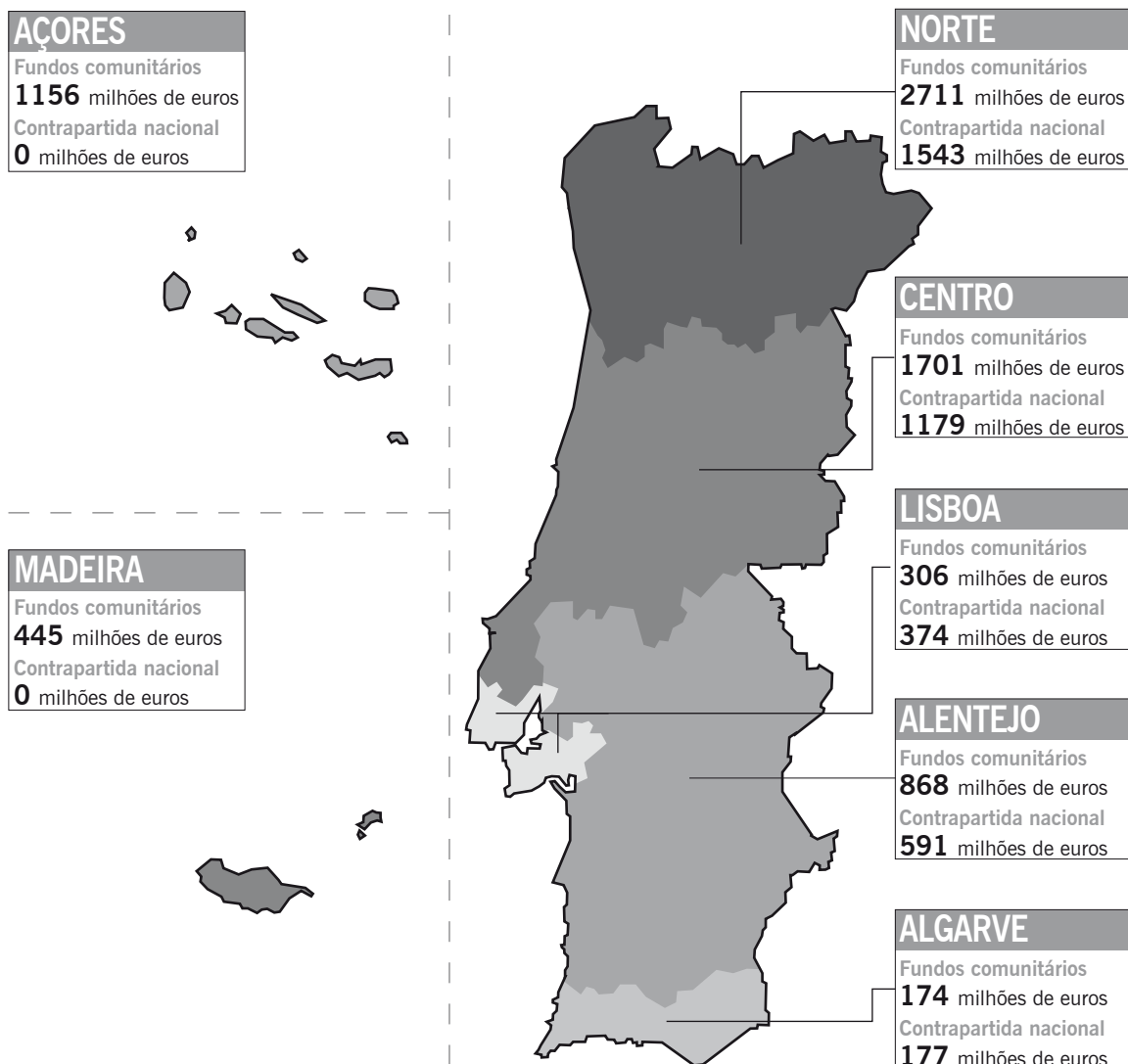
Um sétimo aspecto prioritário passa pela valorização do ambiente e pela promoção do desenvolvimento sustentável, cenário só possível através da valorização e preservação dos recursos naturais e pela prevenção de riscos naturais.

A valorização do território e a inerente qualidade de vida dos cidadãos são outros dos pontos e para os quais o Governo centralizará uma especial atenção.

Estes importantes objectivos terão de ser concretizados através da expansão de novos projectos estruturantes, criando novas políticas de cidade e dotando as regiões de uma mais adequada capacitação.

Os dois últimos pontos que constituem as prioridades do QREN, respeitam à promoção da igualdade de género, tarefa que o Executivo pretende levar em frente aprovando nomeadamente novos planos de igualdade nas empresas e um último aspecto que se relaciona com a afirmação da cidadania, a igualdade de oportunidades e a coesão social, tarefas que serão levadas a efeito no âmbito do Plano Nacional de Acção para a Inclusão.

OS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS



Programa conjunto fortalecerá a voz da Europa

O PROGRAMA do trio de presidências da União Europeia (UE) até Julho de 2008 visa dirigir e apresentar um rumo para a Europa, dando-lhe “uma voz mais audível” no mundo. Esta a mensagem deixada pelo primeiro-ministro, José Sócrates em Estrasburgo, França, numa conferência de Imprensa em que também participaram a chanceler alemã, Angela Merkel, o chefe de Governo esloveno, Janez Jansa, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e o recém-eleito líder do Parlamento Europeu, o alemão Hans-Gert Poettering.

Na ocasião, José Sócrates afirmou que a Alemanha, Portugal e Eslovénia estão “bem conscientes da responsabilidade” que representa levarem a cabo o primeiro programa conjunto da UE para 18 meses.

Depois, assegurou que o programa das três presidências se destina “a afirmar uma Europa mais forte”.

Na conferência que se seguiu à apresentação do programa perante o hemicycle de Estrasburgo por Angela Merkel, Sócrates classificou este documento como “realista” e “ambicioso”, pois, se por um lado, “reconhece e decide enfrentar os problemas da Europa, não os nega nem os disfarça”, por outro, “também se compromete a encontrar de soluções”.

Segundo o primeiro-ministro português, a ambição do programa está bem reflectida na “agenda da política externa da UE programada para os próximos 18 meses”, ao procurar uma “Europa mais



presente no mundo”, e “com uma voz mais audível”.

Dessa agenda externa, José Sócrates destacou três aspectos que considerou marcantes no próximo ano e meio, o primeiro dos quais prende-se com a realização da cimeira UE/África, durante a presidência portuguesa.

E sublinhou que esse evento “é da maior importância para relançar o diálogo entre os dois continentes” e para que seja possível discutir “alguns dos assuntos

mais importantes para ambos os lados, nomeadamente migrações e desenvolvimento”.

Ainda a nível da política externa, apontou a aposta num “diálogo específico com Brasil e México e, de certa forma, um aprofundamento do diálogo político entre UE, o Brasil e a América Latina”, sem deixar de lembrar também as relações entre a União e os países do flanco sul da Europa no Mediterrâneo, englobando o Médio Oriente.

Para o chefe do Governo por-

tuguês, o programa das três presidências é ambicioso também ao nível de política interna, já que “reconhece que o principal desafio” é “dar uma resposta ao problema constitucional”, pelo que felicitou a chanceler Merkel e a presidência alemã por terem tido a “coragem” de colocar este dossiê como tema central para as próximas presidências.

“Tudo faremos para estar à altura desta responsabilidade”, afirmou, manifestando-se disposto

e empenhado em trabalhar com vista a encontrar uma saída para o impasse em que se encontra o processo de ratificação do Tratado Constitucional europeu, frisando que, para os cidadãos europeus, “seria impossível e incompreensível que estivessemos mais 18 meses disfarçando um problema ao qual devemos dar solução”.

Por fim, Sócrates apontou ainda como prioridades a definição de uma política de migração da UE e o papel de liderança da Europa no campo das alterações climáticas.

Recorde-se que, após a presidência alemã, actualmente em exercício, caberá a Portugal assumir a tarefa a 1 de Julho e até ao final do ano, seguindo-se a Eslovénia, no primeiro semestre de 2008.

Este programa comum para as presidências que se desenrolarão ao longo dos próximos três semestres, entre Janeiro deste ano e Julho de 2008, apoia-se na figura das “equipas presidenciais” prevista pela Constituição europeia, procurando reforçar a coerência e a continuidade da agenda da União.

Ao ser definido o núcleo central da actividade comunitária, cada país poderá depois aproveitar a sua presidência para destacar algumas prioridades nacionais, o que constitui, aliás, a pedra de toque deste sistema de rotação.

No caso da actual presidência alemã, essas prioridades passam pela segurança energética, as alterações climáticas, as relações com a Rússia e os esforços de paz no Médio Oriente **M.R.**

Presidência portuguesa da UE de olhos postos no Norte de África

A I Cimeira Luso-Argelina reforçou as relações bilaterais e consolidou a aproximação de Portugal ao Magrebe e ao mundo árabe.

O INVESTIMENTO no desenvolvimento dos países do Magrebe estará na agenda da presidência portuguesa da União Europeia. Esta a garantia deixada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante a visita de dois dias que realizou à Argélia, onde manifestou a sua convicção de que a Europa deve reforçar a co-operação económica com o Norte de África.

“Portugal está muito empenhado em desenvolver este processo quando assumir a presidência da UE” no segundo semestre deste ano, afirmou José Sócrates, depois do primeiro encontro com o seu homólogo argelino, Abdelaziz Belkhadem.

E acrescentou que irá desenvolver todos os esforços para que a cimeira União Europeia-África se realize.

“O processo de Barcelona precisa de ser

reforçado, de ter um impulso político e nós estamos muito disponíveis para fazê-lo durante a nossa presidência”, afirmou.

Sócrates considerou ainda ser necessário “fazer com que a Europa olhe com maior atenção para os países do norte de África e acentue a sua relação económica, contribuindo para o desenvolvimento destes países”.

Só assim – considerou – será possível gerir a imigração, um tema que também esteve na agenda dos encontros de Argel.

“A única forma de termos uma imigração controlada e regulada em benefício dos imigrantes é investir no combate ao tráfico ilegal de seres humanos, que é um horror, acentuar as questões de segurança, mas igualmente investir no desenvolvimento nos países de origem”, defendeu o primeiro-ministro português.

Quanto à primeira cimeira luso-argelina, Sócrates descreveu-a como “histórica”, frisando que ela “espelha uma nova prioridade da política externa de Portugal, que pretende dar mais atenção ao Magrebe”.

Por isso – adiantou – “esta não será a única cimeira que vamos realizar na região”.

“Faremos uma com a Tunísia e havemos de realizar ainda outra com Marrocos”, anunciou.

Parceria estratégica no sector energético

Em declarações que fez à chegada ao aeroporto de Argel, o governante português sublinhou que a parceria estratégica entre Portugal e a Argélia tem de envolver as empresas dos dois países, cujos governos vêm com “bons olhos” uma ligação no sector da energia.

“Trata-se de um sector da maior importância”, vincou, adiantando de seguida que “já temos uma cooperação estratégica, somos clientes da Argélia e estamos muito empenhados em que essa parceria tenha agora uma repercussão nas nossas empresas”.

Refira-se que as negociações em curso entre a EDP e a Sonatrach, que deverão levar os argelinos a tomarem uma posição de cinco por

cento no capital de uma das maiores empresas portuguesas, estão a ser “muito impulsionadas pelos dois executivos”.

Mas, José Sócrates fez questão de deixar claro que a decisão final cabe às duas empresas, uma vez que se trata de “acordos complexos”.

O primeiro-ministro português foi recebido com honras militares numa cidade que tinha as principais vias de acesso do aeroporto ao centro engalanadas ao longo de vários quilómetros com bandeiras dos dois países.

Sócrates chegou a Argel, no passado dia 21 de Janeiro, acompanhado por cinco ministros e cerca de duas dezenas de empresários e gestores, sobretudo dos sectores da construção, energia e da banca.

Com o chefe do Executivo português seguiram para o país magrebino os ministros dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, da Justiça, Alberto Costa, da Economia e Inovação, Manuel Pinho, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, e da Cultura, Isabel Pires de Lima. **M.R.**

Noventa por cento das medidas do Plano Tecnológico já estão em execução

NOVENTA por cento das medidas do Plano Tecnológico já “estão no terreno”, revelou Carlos Zorrinho, adiantando que a prioridade será agora rentabilizá-las mediante um “bom enquadramento institucional de gestão”.

“A execução do Plano Tecnológico está muito acima das metas que tínhamos estabelecido inicialmente e começamos agora a poder medir alguns impactos, que são favoráveis”, afirmou Carlos Zorrinho no Porto, durante as jornadas da Caixa Geral de Depósitos “A Competitividade pela Gestão”.

Segundo salientou o coordenador do Plano Tecnológico, a prioridade será agora “tirar o máximo partido, do ponto de vista da gestão, das medidas” do plano, criando “um enquadramento de governação e de articulação entre os vários actores desde empresas a universidades e centros de competência que permita rentabilizá-las, mais do que multiplicá-las”.

“O nosso foco vai ser criar um bom enquadramento institucional de gestão para que haja mais cooperação e as medidas tenham ainda mais impacto”, disse.



Relativamente às medidas do Plano Tecnológico já em curso este ano, Carlos Zorrinho destacou o arranque, “ainda de forma mais detalhada”, das parcerias internacionais e a aposta no crescimento do Inov Jovem – um plano de apoio à inserção nas pequenas e médias empresas de jovens com formação superior e da formação tecnológica.

“Vamos ter mais 120 centros de certificação de competências e, com o apoio do Quadro de Referência Estratégica Nacional

(QREN), 2007 vai ser um ano muito focalizado na criação de melhores condições de literacia tecnológica nos portugueses”, afirmou.

Zorrinho disse ainda que “o Plano Tecnológico foi o ‘saco de pancada’ da oposição, mas há muitos meses que não o é porque os portugueses percebem que está no terreno e avaliações independentes, nomeadamente da Comissão Europeia, dizem que é um plano inovador e uma aposta no bom sentido”.

Sistema de videoconferência alargado a todas as cadeias e tribunais do país

ATÉ FINAL do ano o novo sistema de videoconferência que ligará prisões a tribunais, para evitar deslocamentos de reclusos às audiências, deverá ser alargado a todas as cadeias do território nacional.

A garantia foi dada no dia 17 pelo ministro da Justiça, Alberto Costa, durante a visita ao Estabelecimento Prisional da Guarda, onde teve a oportunidade de testar o equipamento, numa ligação experimental com o Tribunal de Coimbra onde se encontrava o secretário de Estado Adjunto e da Justiça, José Conde Rodrigues.

“Planeamos ao longo deste ano expandir este sistema a todo o território nacional”, afirmou Alberto Costa durante a videoconferência inaugural.

Ao longo de 2007, anunciou, os novos equipamentos serão alargados às 55 cadeias que constituem o sistema prisional nacional, permitindo a ligação por esta via com os tribunais, que já possuem 630 equipamentos de videoconferência.

Alberto Costa sublinhou, no entanto, que neste processo será dada prioridade aos estabelecimentos prisionais “que se localizam no interior” do país.

Segundo o titular da pasta da



Justiça, o novo equipamento vai facilitar a participação dos reclusos em audiências, evitando as frequentes deslocamentos a tribunal e reduzir os elevados custos com o seu transporte.

“Actualmente existe um grande movimento de guardas prisionais e de reclusos entre cadeias e tribunais”, disse, acrescentando que anualmente “há cerca de 47 mil movimentos de guardas prisionais e mais de 30 mil movimentos de reclusos”.

“Isso representa custos, até porque esses percursos têm no ano de 2006, uma média de 80 quilómetros, representa também problemas de segurança e muita dificuldade

em apresentar todos os detidos nos vários tribunais para onde são solicitados, contribuindo dessa maneira para alguns problemas na tramitação processual”, acrescentou.

Com a aposta nesta inovação tecnológica, Alberto Costa salientou que o Ministério da Justiça tenciona “fazer frente a todos esses problemas”.

No teste realizado na estreia do novo sistema, a ligação entre o Estabelecimento Prisional da Guarda e o Tribunal de Coimbra durou cerca de seis minutos, tendo a transmissão decorrido com tranquilidade e com qualidade de imagem e de som.

“Está a correr muitíssimo bem e certamente, no futuro, continuará a correr muito bem”, disse o ministro da Justiça durante a transmissão inaugural do sistema de videoconferência, afirmando esperar que “muitas dessas deslocamentos que envolvem milhares de dezenas de movimentos ao longo do ano possam ser reduzidas”.

Alberto Costa sublinhou ainda que o novo sistema pode significar “a abertura de um novo capítulo de modernização e de abertura dos estabelecimentos prisionais e na sua relação com os tribunais”.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador do Plano Tecnológico

A elaboração de um QREN focalizado, selectivo e dimensionado para os objectivos a atingir, é o resultado de um longo processo de reflexão/acção, que garante a consistência das propostas e a sua adequação aos desafios que Portugal enfrenta

ESTRATÉGIA E AMBIÇÃO DE VENCER

JOSÉ SÓCRATES costuma citar uma frase que o marcou na sua formação avançada em Gestão; “Strategy is about winning”, ou seja, em tradução livre, estratégia é o caminho para vencer. A verdade é que se algo caracteriza a governação na actual legislatura é exactamente a existência de estratégia e ambição de vencer.

Neste texto gostaria de explicitar o processo de emergência estratégica que conduziu à elaboração de um QREN inovador e que tem permitido dar corpo a um quadro coerente de reformas estruturantes em todos os domínios da sociedade portuguesa.

A partir do programa eleitoral maioritariamente sufragado pelos eleitores, o Governo aprovou um programa ambicioso, focado nos factores de qualificação dos portugueses, do tecido empresarial e do território.

Esse programa constituiu a base central para o desenvolvimento do Programa Nacional de Reformas no quadro da Agenda de Lisboa (Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego – PNACE 2005/2008), o qual integrou coerentemente o Plano de Estabilidade e Crescimento, o Plano Tecnológico, o Plano Nacional de Emprego e iniciativas estruturantes como o Ligar Portugal, o Compromisso com a Ciência, a iniciativa Novas Oportunidades, o Portugal Logístico e outras medidas de referência.

A partir desta elaboração estratégica e da experiência de implementação e monitorização, foi possível desenvolver e aprovar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – Portugal 2015, a qual garante a sustentabilidade integrada dos diversos planos com incidência no domínio económico, social e do ordenamento e qualidade ambiental.

Neste contexto, a elaboração de um QREN focalizado, selectivo e dimensionado para os objectivos a atingir, é o resultado de um longo processo de reflexão/acção, que garante a consistência das propostas e a sua adequação aos desafios que Portugal enfrenta.

A estratégia só é importante se puder ser declinada em acção clara e eficaz. A acção só é eficaz se tiver coerência e enquadramento estratégico. Só assim, a estratégia é um caminho para vencer. É esse caminho que estamos a trilhar.

Sócrates anuncia investimentos no Baixo Alentejo

O GOVERNO vai apoiar a concretização de vários projectos de construção de novas infra-estruturas no Baixo Alentejo, casos dos aproveitamentos múltiplos de Alqueva e do aeroporto civil de Beja. Esta a garantia deixada, no passado dia 27 de Janeiro, pelo primeiro-ministro, José Sócrates.

Falando em Ourique, no âmbito da iniciativa “Governo presente” dedicada ao Baixo Alentejo e na qual se fez acompanhar por oito ministros, José Sócrates afirmou que, “nos próximos três anos, estas serão prioridades” do Executivo.

Além do desenvolvimento dos projectos associados ao Alqueva e da construção, até ao final de 2008, do novo aeroporto civil de Beja, Sócrates considerou essencial ligar a capital do distrito ao porto de Sines com estradas rápidas, e levar essas vias até à fronteira com Espanha.

Em relação ao Alqueva, considerou “fundamental” que as políticas públicas sejam “rápidas na concre-

tização do projecto”, porque “há muito investimento privado à espera para avançar”, dando como exemplo a fileira agrícola do olival.

Por seu turno, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, anunciou, durante a apresentação do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), em Serpa, que o Governo vai aumentar, nos próximos dois anos, o número de lugares em creches.

“O facto do Governo ter fixado em 50 por cento o aumento do número de vagas em creches significa que queremos, até 2009, atingir o objectivo da União Europeia de ter cerca de 33 por cento das crianças em idade de creche cobertas por essa rede de equipamentos sociais”.

Este programa PARES, cuja segunda fase já está em concurso, prevê investimentos públicos e privados na ordem dos 450 milhões de euros.

Sócrates avança com pacote de medidas para reduzir dependência energética

Um conjunto de novas medidas ambientais visando melhorar a eficiência energética da nossa economia, cumprir as metas de Quioto e colocar Portugal em linha com os países mais avançados no combate ao aquecimento global foram avançadas no dia 24 pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante o debate mensal sobre o tema das “alterações climáticas”, na Assembleia da República.



J. C. CASTELO BRANCO

TOMANDO a iniciativa política, José Sócrates anunciou o lançamento de “um programa de microgeração, de forma a democratizar a produção de electricidade, tornando-a acessível a todos”. Deste modo, explicou, “qualquer um de nós, na sua própria casa, poderá ser, não só consumidor, mas também produtor de electricidade, vendendo à rede aquilo que não consumir”.

Depois, revelou a aprovação em Conselho de Ministros do dia 25 do regime de compras públicas ecológicas, já que, frisou, “as compras do Estado são um instrumento eficaz para induzir eficiência energética nos fornecedores e no Estado, sobretudo nos domínios

dos transportes e dos edifícios”.

Em seguida, o primeiro-ministro anunciou a intenção do Governo de “reforçar” a componente ambiental no Imposto Automóvel. Lembrando que já no ano passado foi introduzida uma componente ambiental de 10 por cento neste imposto, anunciou que, já a partir do próximo dia 1 de Julho, será 30 por cento e, a partir de 1 de Janeiro de 2008, esta percentagem subirá para 60 por cento.

“Portugal estará assim na linha da frente dos países que adoptaram a eficiência ambiental como critério decisivo na taxação do automóvel”, sublinhou.

Finalmente, José Sócrates referiu a aprovação no mesmo Conselho de Ministros de uma medida do “maior alcance”, que visa “incentivar a aquisição de lâmpadas de baixo consumo”, taxando mais

as lâmpadas incandescentes, que duram menos tempo e gastam 80 por cento mais energia.

O chefe do Governo, que apontou as alterações climáticas como “a problemática global mais marcante dos próximos anos”, afirmou estar convicto que este conjunto de medidas dará “um novo e forte impulso à redução de emissão de gases com efeito de estufa, à redução da nossa dependência energética, ao incremento da investigação e desenvolvimento e colocará Portugal em linha com os países mais avançados no combate ao aquecimento global”.

Sublinhando que “a ligação entre energia e inovação chama-se alterações climáticas”, José Sócrates disse que Portugal, durante a sua presidência da União Europeia, no segundo semestre deste ano, “desempenhará uma posição de

destaque” na condução da política europeia neste domínio.

Uma nova ambição para as energias renováveis

Na sua intervenção, o primeiro-ministro falou ainda de “uma nova ambição” para as energias renováveis, afirmando estar em condições de, “com segurança e realismo”, anunciar o compromisso de até 2010, 45 por cento de toda a electricidade consumida ter por base a energia renovável.

Uma meta que, sublinhou, colocará Portugal “na linha da frente das energias renováveis, a par da Áustria e da Suécia”.

Para atingir tal desiderato, Sócrates disse que Portugal irá manter “um ritmo elevado na instalação de potência eólica, modernizar com novos equipamentos os parques eólicos já instalados e simplificar o seu processo de licenciamento”.

No âmbito das energias renováveis, o primeiro-ministro adiantou ainda que o Governo vai fazer “uma aposta muito forte nos combustíveis”, definindo também aqui uma nova meta. “Em 2010, 10 por cento do total de combustível gasto nos transportes deverá ser biocombustível. Desta forma, anteciparemos em dez anos o objectivo da União Europeia”, disse.

José Sócrates referiu que o Executivo vai continuar a apostar no biogás, na biomassa, mas também

em todas as tecnologias emergentes, como é o caso da energia das ondas, adiantando que será criada uma zona-piloto, em S. Pedro de Moel, para a instalação de projectos experimentais na energia das ondas.

Ainda neste contexto, o primeiro-ministro afirmou que “Portugal é um dos países com maior potencial hídrico por explorar”, devendo por isso “aumentar rapidamente a nossa produção hídrica”, através do reforço da capacidade de produção das nossas barragens. “E fá-lo-emos, para já, em três barragens: Picote, Bemposta e Alqueva”, disse.

O presidente da bancada parlamentar socialista, Alberto Martins, a propósito da intervenção de Marques Mendes em que este criticou o PS pela forma como geriu o dossiê Cravinho sobre corrupção, lamentou de forma veemente “a leviandade” do líder do PSD, sublinhando que em matéria de combate à corrupção, “o PS não recebe lições de ninguém”.

Segundo salientou Alberto Martins, a luta contra a corrupção “é menos uma questão legislativa e é mais de resultados concretos”, manifestando a disponibilidade do PS para discutir tudo, à excepção da inversão do ónus da prova, porque “é contra o Estado de Direito, e seria um retrocesso no Estado de Direito”.

Depois, Alberto Martins saudou o conjunto de iniciativas ambientais agendadas pelo Governo, salientando que “nós todos temos hoje consciência de que a questão do ambiente e das alterações climáticas é uma questão política decisiva do nosso futuro e também moral”.

QUATRO PERGUNTAS A MIGUEL COELHO

“Não há autoridade nem liderança política na Câmara de Lisboa”



Que comentário lhe merece a actual crise instalada na Câmara Municipal de Lisboa com o caso das investigações da Polícia Judiciária às negociações entre o município e a Bragaparques?

A actual crise reflecte que não há nem autoridade política nem liderança política na Câmara de Lisboa. O presidente Carmona Rodrigues é um líder fraco e não tem autoridade. Permite que no seu próprio partido haja uma conspiração permanente contra ele. É nestas situações de descontrolo que podem dar-se situações estranhas e a verdade é que, nos últimos tempos, têm tido lugar factos que nos deixam perplexos e seriamente preocupados com a transparência com que são geridas as coisas públicas no município lisboeta. São tantos os factos indiciadores de má gestão que, vemos motivos sérios para preocupação, ainda mais porque Carmona Rodrigues não tem controlo nos seus vereadores, nem no seu partido, na Câmara ou nos serviços.

Portanto, estamos muito preocupados com toda esta situação e esperamos que ela não evolua para um cenário ainda mais negativo.

Para onde poderá evoluir esta crise?

Não posso pronunciar-me sobre questões de natureza judicial que ainda estão a ser investigadas, mas posso dizer que aquilo que considero melhor para a cidade é que tudo isto

venha a dar razão ao ditado de que “há fumo sem fogo”. Se não for assim, resta-me dizer que retiraremos as devidas ilações políticas.

Achamos que os vereadores que estiverem na situação de arguidos – e atenção que ser arguido não implica ser culpado – têm de ter consciência de que não dispõem das condições necessárias para continuar a exercer cargos políticos. Isto já aconteceu com uma vereadora e se acontecer com mais alguém, essa ou essas pessoas terão pelo menos de suspender os respectivos mandatos.

Desejo que esta situação seja esclarecida o mais rapidamente possível, pois a cidade precisa de tranquilidade e precisa de que esta Câmara, no meio do desgoverno em que se encontra, possa continuar a garantir a gestão do dia-a-dia, ainda mais porque existem graves problemas financeiros a fazer face.

Quão graves são esses problemas financeiros?

Atrevo-me a dizer que a Câmara de Lisboa se encontra numa situação de quase falência técnica.

Temos visto nos jornais que a autarquia não paga aos seus fornecedores. Há notícia de obras paradas porque os empreiteiros não são pagos. Isto é, a actual gestão camarária de Carmona Rodrigues e também a anterior, de Santana Lopes, endividaram-se a curto e médio

prazos de uma forma nunca vista.

A título de exemplo, veja-se que as dívidas a terceiros, em 2001, eram de cerca de 62 milhões de euros e actualmente atingem os 415 milhões de euros. Trata-se pois de uma situação espantosa e arrepiante que nos deixa preocupados e que nos dá autoridade para exigir do senhor presidente da Câmara que comece a pagar as dívidas da autarquia, porque não é isso o que tem feito, dando prioridade a gastos com propaganda.

É urgente que o município volte a ter capacidade de investimento nas pessoas e na resolução dos seus problemas.

Atendendo ao cenário que acaba de traçar e às sucessivas crises em que a gestão de Carmona Rodrigues tem mergulhado, julga estarem criadas as condições para avançar para eleições intercalares?

Essa resposta só o PSD, através do seu líder Marques Mendes, e do engenheiro Carmona Rodrigues, é que pode dar.

As eleições autárquicas ocorrerem há sensivelmente um ano e, naturalmente, os mandatos são para cumprir. Como partido responsável que é, o PS tem consciência de que não pode estar a pedir eleições todos os dias, até porque os factos não indiciam para já, e esperamos que não indiciem, qualquer espécie de envolvimento deles do presidente da Câmara.

Se Carmona Rodrigues se mantiver assim e se a sua credibilidade política não for afectada, poderá legitimamente considerar que está em condições de garantir a continuação do mandato. Caso contrário, os juízos que fazemos agora vão alterar-se. Contudo, compete a ele saber se deve ou não continuar na presidência da autarquia.

Mas há ainda um outro aspecto a ponderar e é que, a realizar-se eleições, estas seriam intercalares e não antecipadas, visando apenas o órgão Câmara Municipal. Ou seja, a Assembleia Municipal e as freguesias continuariam como estão e, desse modo, não seria viável para nenhuma força política dirigir uma autarquia com uma maioria absoluta do PSD na Assembleia, órgão onde são viabilizadas as iniciativas da Câmara, incluindo os próprios orçamentos.

Portanto, nesta situação de dificuldade, porque o eleitorado de Lisboa tem de perceber que fez uma má opção e porque as eleições intercalares poderiam não ser uma solução efectiva ao desgoverno da autarquia, considero que seria bom que Carmona Rodrigues continuasse o seu mandato, desde que tenha, efectivamente, condições para tal.

Mas, é preciso que fique claro que, se não as tiver, seremos os primeiros a denunciá-lo, e se ele próprio optar por sair, estaremos preparados, como sempre, para ir às urnas.

MARY RODRIGUES